

**TEN.-CEL. PM JOSÉ FÉLIX DRIGO**

**APERFEIÇOAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR,  
ADEQUANDO-O À DOCTRINA ATUAL E EM CONCORDÂNCIA  
COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**

Monografia apresentada por exigência curricular do Curso de Especialização Superior de Polícia Militar em convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

**Orientador:** Américo Augusto Nogueira Vieira,  
D.Sc.

**CURITIBA**

**2007**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser a Rocha onde venho construindo minha vida.

À minha esposa, Silvana, e aos meus filhos, Ricardo, Jaqueline, Alexandre e Désiré, por serem as colunas que me sustentam.

Aos meus irmãos, por serem os tijolos dessa construção.

Aos meus pais, Nestor e Maria Angélica, responsáveis pela grande parte do que existe no interior dessa construção, que é a minha vida.

À Polícia Militar do Estado do Paraná, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral, Cel PM Nemésio Xavier de França Filho, que me recebeu de forma impar, sem comparação, permitindo de forma inesquecível o meu crescimento profissional.

À Polícia Militar do Estado de São Paulo, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral, Cel PM Roberto Antônio Diniz, e do Diretor de Ensino, Cel PM Raugeston Benedito Bizarria Dias, Oficiais de acurada visão estratégica que me confiaram a missão de representar nossa Corporação no Estado do Paraná, proporcionando as condições ideais para que pudesse tirar grande proveito no CSP-2007.

À Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, e do nosso coordenador, Prof. Dr. Ariel Santos Albuquerque, responsáveis pela excelente qualidade apresentada por todos os professores desta invejável instituição de ensino superior.

À Academia Policial-Militar do Guatupê, na pessoa do seu Comandante, Cel PM Joacir José da Silva, e do nosso coordenador, Ten Cel PM Renato Jorge da Silveira, entusiastas e amigos, que me proporcionaram trilhar com sucesso até o final do Curso Superior de Polícia - CSP.

Aos Oficiais que comigo “marcharam ombro-a-ombro” durante todo o curso, não permitindo que meu entusiasmo se esmorecesse, informo-lhes que perderam o amigo, mas ganharam um irmão, que estará sempre disposto a lutar para o aprimoramento e o engrandecimento das Polícias Militares do Brasil.

Ao meu orientador metodológico, Prof. D. Américo Augusto Nogueira Vieira, pessoa de impressionante conhecimento científico e incansável dedicação.

Por último, mas de importância ímpar, por me aceitar como orientando, pela confiança, dedicação e paciência, ao meu orientador de conteúdo e amigo, Prof. Ronaldo João Roth, dono de um profundo conhecimento científico e do respeito nacional na área do Direito Militar, atuando como Professor e como Juiz de Direito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.

Resumo da monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná e à Academia Policial Militar do Guatupê, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

APERFEIÇOAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR, ADEQUANDO-O À  
DOCTRINA ATUAL E EM CONCORDÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

José Félix Drigo

Curitiba/2007

Orientador de Conteúdo: Ronaldo João Roth, Professor, Juiz de Direito.

Orientador Metodológico: Américo Augusto Nogueira Vieira, Professor, D. Sc.

Programa: Convênio UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê)

Este trabalho aponta para uma mudança de comportamento investigativo por parte das autoridades de polícia judiciária militar. Parte de premissas calcadas em teses de Direito Processual, de técnica policial e de metodologia científica. Através de pesquisas bibliográficas, deduziu-se por estabelecer um novo paradigma investigativo, sinalizando para o melhor caminho para alcançar a verdade e garantir o ideal da persecução criminal na fase processual, permitindo ao *parquet* direcionar sua ação com correção e firmeza e, ao juiz, decidir, baseado no Direito, mas muito próximo da Justiça. Dessa maneira, propôs-se o ideal para elaborar o Inquérito Policial-Militar, desde a sua instauração até a sua conclusão. Iniciou-se o trabalho com a apresentação de um esboço histórico, com ênfase no sistema inquisitivo e no Direito Militar, conduzindo o IPM até os dias de hoje, demonstrando sua evolução e culminando com uma interpretação aperfeiçoada da norma processual penal-militar.

**Palavras chave:** Segurança Pública, Direito Militar; Inquérito Policial-Militar; Polícia Judiciária Militar.

Abstract of the monograph presented to the Universidade Federal do Paraná and to the Academia Policial Militar do Guatupê, as a part of the requirements to obtain the degree of Public Safety in Doctorate of Strategy Specialist.

IMPROVEMENT OF MILITARY POLICE INQUIRY, ADJUSTING IT TO NOWADAYS  
DOCTRINE AND WITHIN AGREEMENT TO THE ACTUAL LEGISLATION

José Félix Drigo

Curitiba/2007

Content Advisors: Ronaldo João Roth, Professor, Judge of the Law.

Methodological Advisor: Américo Augusto Nogueira Vieira, Professor, D. Sc.

Program: UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê) accord.

This work paper shows an investigative changing behavior by some authorities in the Military Judiciary Police. To start of this are oppress premises in thesis of Process Law, Police Technical and Scientific Methodology. Beyond of Bibliography Researches, drawing from facts by establishing a new investigative paradigm, marking to the best way to reach the true and than guarantee the perfection in criminal persecution, in the legal proceedings that will allow "*parquet*" give directions it action with correction and toughness and also to the Judge, a decision based on the Law but being near from Justice. So this way, it was indicated the best in the Military Police Inquiry Report, since it beginning until it conclusion. It started the paper work presentation of a historical sketch with an emphasis to the inquisitive system and also to the Military Law, leading the "MPI" until nowadays, showing it own evolution and having it climax with an updated interpretation from the Military Penal Lawsuit.

**Key words:** Public Safety; Military Law; Military Police Inquiry; Military Judiciary Police.

“Um homem só tem o direito de olhar a um outro de cima para baixo quando vai ajudá-lo a levantar-se”.

**Miguel Garcia Marques**

## SUMÁRIO

	P.
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. EVOLUÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL.....</b>	<b>14</b>
2.1 <u>Sistema Processual Dispositivo</u> .....	19
2.2 <u>Sistema Processual Acusatório</u> .....	20
2.3 <u>Sistema Processual Inquisitivo</u> .....	22
2.4 <u>Sistema Processual Moderno</u> .....	25
2.5 <u>Inquérito Policial</u> .....	27
2.6 <u>Direito Militar e Justiça Militar no Brasil</u> .....	33
2.7 <u>Crime Militar</u> .....	36
2.8 <u>Inquérito Policial Militar</u> .....	39
<b>3. AUTORIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR.....</b>	<b>44</b>
3.1 <u>Autoridade Originária</u> .....	47
3.2 <u>Autoridade Delegada</u> .....	53
3.3 <u>Atribuições Funcionais</u> .....	55
<b>4. CLASSIFICAÇÃO DO DELITO.....</b>	<b>60</b>
4.1 <u>Tipificação nas Portarias de IPM</u> .....	63
4.2 <u>Despacho Indiciatório</u> .....	65
4.3 <u>Relatório do IPM</u> .....	68
<b>5. INVESTIGAÇÃO DO CRIME NO IPM.....</b>	<b>73</b>
5.1 <u>Metodologia da Investigação</u> .....	77
5.2 <u>Raciocínio Investigativo</u> .....	79
5.2 <u>Estratégias em Relação ao Crime</u> .....	82
<b>6. AVALIAÇÃO DOS ARGUMENTOS.....</b>	<b>87</b>
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>90</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>96</b>

**LISTA DE QUADROS**

	P.
<b>Quadro 1:</b> Estrutura de Questionamento..... -	56
<b>Quadro 2:</b> Espiral da Práxis ..... -	83



## CAPÍTULO 1

"Antes que a palavra escrita tivesse sido inventada, aquilo que um homem podia saber estava confinado aos limites do poder de sua mente e o esquecimento era a marca indelével da condição humana".

**José Trindade Santos**

### 1 INTRODUÇÃO

Iniciando o presente trabalho há que se alertar que o tema a ser abordado é sensível e complexo, haja vista o objeto da sua existência, que visa à formalização da investigação de fatos e de pessoas, culminado por apontar para a possibilidade de culpa (*lato sensu*) ou inocência do investigado, além de fornecer subsídios para a *persecutio criminis*. E, muito embora seja tratado com seriedade e responsabilidade por todos os profissionais que transitam por ele, seja na esfera militar ou na civil, na primeira, poucas pesquisas e obras foram publicadas, em virtude disso que a busca do aperfeiçoamento do Inquérito Policial-Militar (IPM) não tem mero escopo de torná-lo mais bonito ou mais apresentável, mas sim, o de atualizar os conceitos que têm norteado sua elaboração.

A importância em acompanhar a evolução doutrinária vem ao encontro da constante busca pela qualidade por parte das Corporações Militares, além da necessidade de se garantir uma peça jurídica com credibilidade técnica suficiente para sufocar qualquer crítica má intencionada, quer seja política, social ou mesmo, técnica.

Sabe-se que a boa instrução auxilia o Ministério Público na formação da convicção e na argumentação para sustentá-la no trâmite do processo e, dessa forma, alimenta o respeito pela capacidade técnica e profissional dos Promotores para com os Oficiais que presidem tais atos de polícia judiciária militar. Alimentar essa credibilidade garante uma defesa institucional em momentos difíceis, que qualquer organização pode passar, principalmente e mais constante, as policiais. Essa estratégia não deve ser colocada de lado, isto porque a importante posição em que o Ministério

Público foi colocado na esfera nacional com o advento da Constituição de 1988, além do respeito que conseguiu no seio da sociedade brasileira, tem propiciado ao MP um peso expressivo nos seus posicionamentos perante a opinião pública.

A racionalidade na investigação criminal garante um melhor direcionamento das linhas investigatórias, as quais devem ser claramente delineadas no bojo do inquérito, principalmente quando descreve a obtenção e a valoração de cada prova elencada. Dessa forma, permite ao encarregado que, com objetividade e técnica, alcance o resultado esperado ao final das investigações, qual seja: o de concluir pela existência ou não de indícios de crime.

Um IPM mal feito, ainda que possa permitir ao *parquet* oferecer uma denúncia, muito certamente facilitará o trabalho da defesa e exigirá, por parte do Ministério Público, desdobramento para a sustentação de uma condenação, ensejando crítica à autoridade policial que o elaborou.

A persistência de um trabalho mal acabado de investigação leva ainda a outras consequências graves, ou seja, o indiciamento indevido de um policial militar, o qual terá, durante longo tempo de sua carreira, essa mácula, até se ver livre dela, por um efetivo julgamento pelo Poder Judiciário, situação esta que fica muito confusa e até insolúvel quando o IPM é arquivado com o indiciamento realizado.

A qualidade dos procedimentos adotados na elaboração do IPM acaba, de certa forma, fugindo ao controle da Polícia Militar, uma vez que a Autoridade Policial-Militar remete o IPM diretamente ao Ministério Público, o qual oferece a denúncia, requer o arquivamento, ou o retorno dos autos para diligências, portanto a PM tem sua ação de correição limitada na atuação preventiva, por meio da uniformização dos procedimentos de instrução, ou seja, uma única forma, porém a forma é o que menos importa no inquérito.

Portanto, partindo do pressuposto que o Inquérito Policial-Militar, atualmente, é a principal ferramenta de instrução para orientar o início do processo criminal na Justiça Militar, o trabalho é concluído com o cumprimento dos compromissos aqui estabelecidos, o qual permitirá aos Oficiais envolvidos e legalmente competentes, ao concluírem seus IPM, terem em mãos um conjunto técnico-científico de informação e análise, que capacitará o Ministério Público a decidir sobre as ações a serem tomadas

sem as sucessivas requisições de cotas ministeriais, tendo em vista a sustentação argumentativa desenvolvida em toda instrução, bem como na investigação, demonstrando zelo em todos os atos de polícia judiciária militar, além da qualidade na realização do trabalho.

O presente trabalho irá demonstrar que, no Inquérito Policial-Militar, a falta da investigação (fase de busca) durante o seu transcorrer, apesar da fase de coleta bem realizada, acarreta uma análise incompleta, dificultando sua conclusão e, por vezes, impedindo o devido processo legal, em face do descumprimento de normas jurídicas elencadas no Código de Processo Penal Militar.

Diante disso, no capítulo 2, apresenta-se a evolução histórica do inquérito, que é idealizado através da própria evolução dos sistemas processuais até nossos dias; trata da concepção do Direito Militar e da Justiça Militar na sociedade, quando gradativamente se divorcia conceitualmente do Direito comum, passando a ser estudado como matéria especializada, bem como trata doutrinariamente do crime militar e adentra na distinção do Inquérito Policial-Militar. Aponta-se para determinados pontos a serem observados e incluídos no corpo do Inquérito Policial-Militar, tomando-se a melhor doutrina como base para a argumentação de sustentação e melhorando a formação da peça instrutória, sendo que sua relevância é proporcional à qualidade imposta na sua elaboração. Tem, ainda, como finalidade incentivar a pesquisa do Direito Comparado e o estudo doutrinário do assunto em pauta, culminando com a aplicação da justiça.

Demonstrar-se-á no capítulo 3 que o profissional incumbido legalmente da investigação criminal e da elaboração de todo o corpo argumentativo da peça instrutória, o Oficial em função, conforme inserto no texto normativo em vigor, Decreto-Lei nº. 1.002, de 21 de outubro de 1969, em seu artigo 7º, deve ter total conhecimento do grau de importância do resultado do seu trabalho e de todas as suas atribuições, além do nível de responsabilidade que lhe cabe, diante do que poderá responder administrativa e criminalmente.

No capítulo 4, o trabalho objetiva a formação de conceitos norteadores para a elaboração de portarias de IPM, para a constituição do corpo do inquérito e para a tipificação do crime militar no relatório do inquérito, atendendo ao conjunto de normas

jurídicas em vigor e atualizadas pelas interpretações jurídicas doutrinárias, calcado na moderna técnica de investigação.

No capítulo 5, será tratado do método que objetiva a racionalidade dos procedimentos investigatórios, os quais permitem que o encarregado do IPM exerça seu múnus com imparcialidade, sem pender para acusação ou para a defesa do envolvido e, tão menos, se preocupando em provar o improvável, mas sim, consciente do dever do encarregado do IPM, na busca da verdade real sobre os fatos investigados.

Ainda no capítulo 6, discute-se sobre os atos que concluem o procedimento; um IPM bem trabalhado e concluído permitirá, quando embasar uma denúncia, que tanto o Ministério Público como também o defensor do acusado, por meio de seu advogado, consigam renovar a prova judicialmente, praticando o contraditório necessário, no sentido de convencimento quanto às provas existentes materialmente ou tecnicamente.

Atenta-se, desde já, que argumentar-se-á segundo as práticas acadêmicas já consagradas, embasado em ampla bibliografia jurídica e relativa à Segurança Pública, além da utilização, nos argumentos, do método hipotético dedutivo.

## CAPÍTULO 2

Os que chegam primeiro ao campo de batalha e esperam o inimigo estão à vontade; os que chegam por último e se lançam à batalha ficam exauridos.

Mestre Sun Tzu<sup>1</sup>

## 2 EVOLUÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

O inquérito policial não é uma ferramenta idealizada na mente do homem contemporâneo; ele surge na antiguidade como uma evolução processual e evolui até nossos dias. Da mesma forma, ele é incorporado no Direito Militar e, à medida que o Direito Processual evoluiu, ao longo da história, o inquérito deixa de compor o processo e reacende na fase pré-processual. Para se ter um perfeito conhecimento desse instrumento, há que se conhecer sua história.

O Direito Militar começa a se separar do Direito Comum à medida que o homem percebe que o militar é diferente do civil, o qual nem sempre tem os direitos igualados aos do civil, mas com certeza detém uma quantidade maior de deveres. Nesse momento da história, o Direito Militar se destaca do Direito Comum, como matéria especializada, surgindo um conjunto normativo independente

O Direito Militar não é assunto contemporâneo, pois o fato de ser tão pouco estudado e pesquisado de forma científica no Brasil, redonda de um preconceito surgido na sociedade civil, que decorre das inúmeras participações em eventos que culminaram na ocupação da direção do Poder Executivo de algumas nações por comandantes militares e, como consequência, por eventos semelhantes ocorridos aqui no Brasil.

O interessante é constatar que, ao se estudar a origem do homem, grande parte dos dirigentes dos povos históricos foram militares e se não o fosse por profissão, assumia o comando de um exército e, por conseguinte, a chefia do seu povo, uma vez que a força era o dispositivo usado para o controle das pessoas e distribuição da justiça

---

<sup>1</sup> SUN, Tzu. *A arte da guerra*. São Paulo: Pensamento, 1997, p. 115.

da época. Supõe-se que, para liderar um povo, o requisito pressuposto era ser comandante do grupo responsável pela defesa da comunidade, ao qual incumbia, também, a obtenção de água e comida, a conquista de territórios, de armas e do próprio povo derrotado, sendo que os homens eram utilizados como escravos e as mulheres para procriar.

À medida que os grupos de defesa se organizaram em exércitos profissionais, o regramento de conduta foi aprimorado, haja vista a necessidade do controle rígido dos componentes pelos comandantes. No início, não se distinguia o Direito Militar, porém os povos antigos foram criando regras, objetivando a manutenção da hierarquia e da disciplina dos integrantes dos exércitos, e em caso de desobediência, poderia conduzir a punições severas, até com a morte do autor do delito.

Assim como descreve o brilhante estudioso e professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, **Edgard de Brito Chaves Júnior**:

[...] o primeiro exército organizado surgiu provavelmente na Suméria, quatro mil anos antes de Cristo. [...] a organização militar do mundo antigo, especialmente na Mesopotâmia e no Egito – berço da civilização teve origem com a implantação das Cidades-Estados, o expansionismo dos impérios orientais e a luta pela posse de terras aráveis e de águas dos rios.<sup>2</sup>

Discorre **Univaldo Corrêa** que lei mais antiga conhecida que trata desse assunto vem da antiga Mesopotâmia. O chamado Código de Ur-Nammu apenas distinguia alguns fatos como crime militar. Ur-Nammu foi rei da cidade de Ur e fundador da III Dinastia de Ur, e o seu conjunto de normas se limitava a apontar o crime militar, não criando uma jurisdição militar, submetendo o autor do delito à vontade do rei.<sup>3</sup>

Na Grécia antiga, principalmente em Atenas e Esparta, encontra-se definida uma jurisdição militar, submetendo o autor do delito à decisão dos chefes militares. Porém os gregos não vislumbravam nitidamente uma distinção entre a justiça militar e

<sup>2</sup> CHAVES JR., 1978 apud. ROTH, Ronaldo João.(a) *Justiça Militar e as Peculiaridades do Juiz Militar na Atuação Jurisdicional*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003. p. 6

<sup>3</sup> CORRÊA, U., 1997 apud. CORRÊA, Getúlio (organizador). *DIREITO MILITAR. História e Doutrina – artigos inéditos*. Florianópolis: Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, 2002. p. 9

a comum, haja vista a existência de um exército permanente, pois todo cidadão era considerado um soldado.

É em Roma que o Direito Militar realmente se distingue (*jus castrensis romanorum*: Direito Militar Romano ou Castrense - “**castra**: palavra derivada do latim que significa acampamento ou fortificação militar”), porque a própria existência e o esplendor do povo romano dependiam do seu exército, já que era um povo conquistador. É absolutamente inegável a importância de Roma no direito e é com esse fundamento que se desenvolve o Direito Militar, pois a necessidade de manter uma forte coesão entre seus membros tornava obrigatória uma organização bem administrada e um conjunto normativo que garantisse o poder das autoridades, principalmente militares. Nos dizeres de **Cezar Roberto Bitencourt**:

O Direito Romano oferece um ciclo jurídico completo, constituindo até hoje a maior fonte originária de inúmeros institutos jurídicos. Roma é tida como síntese da sociedade antiga, representando um elo de ligação entre o mundo antigo e o moderno.<sup>4</sup>

Com o advento das normas então em vigor, os romanos demonstram claramente o discernimento sobre o crime militar e a jurisdição militar; pode-se dizer, portanto, que nesse momento nasce o Direito Militar (*jus castrensis romanorum*), disciplinando as relações entre militares em tempo de paz e durante a guerra, inclusive com o entendimento de que essa força militar regularmente organizada deveria ter jurisdição sobre si mesma.<sup>5</sup> Estruturando didaticamente, demonstra **Chrysólito de Gusmão** que a Justiça Militar viveu quatro momentos diferentes na história romana:

#### **Na República:**

a) Época dos Reis, onde os soberanos concentravam todos os poderes em suas mãos, inclusive a Justiça Militar, até porque não havia uma diferenciação dos órgãos e funções;

b) Época dos Cônsules e Tribunos Militares, em que a justiça militar era exercida pelos Cônsules, com poderes de “**imperium majus**”, julgando não só os militares, mas também os civis, a princípio. Abaixo dele, havia o Tribuno Militar, que simbolizava a

<sup>4</sup> BITENCOURT, 1997 apud. ROTH, Ronaldo João.(a) Op. Cit. p. 6

<sup>5</sup> Ibidem, p. 7

dupla reunião de justiça e de comando possuindo o chamado “*imperium militiae*” – encontrada no “*Disgesto*” [...].

**Na Monarquia:**

c) Época dos Pretores, já com o imperador Augusto, em que a justiça militar era exercida pelos prefeitos do pretório, com jurisdição muito ampla, apenas se limitando no que dizia respeito à jurisdição sobre os oficiais superiores; e

d) Quarta fase, época de Constantino, quando criou o “**magistri militum**”, e constituiu o “**Consilium**” com a função de assistir o juiz militar, meramente como conselheiro, sem força deliberativa, obrigatória no funcionamento da justiça militar [...] <sup>6</sup>

A história deixa claro que o esplendor do Império Romano tem como fator principal o melhor exército de todos os tempos, com organização e disciplina invejáveis. Já em 476 d.C., o Império Romano do Ocidente cai nas mãos dos bárbaros em virtude da acomodação desse mesmo exército, por questões diversas, mas principalmente políticas. Em pouco tempo, a Europa é dominada por povos bárbaros que em grande parte estabelecem seus conjuntos de normas a partir do Direito Romano e, em muitos casos, com forte influência Cristã e do Direito Canônico.

Observa-se que o entendimento sobre o Direito Militar persistiu ao longo do tempo, como disserta **Edgard de Brito Chaves Júnior**:

Em 1809, Napoleão estabeleceu de forma definitiva a qualificação de cidadão e soldado, numa discussão, no Conselho de Estado, a propósito do Código Penal: “O militar tem uma dupla característica: ele é cidadão e, como tal, sujeito ao império das normas comuns. Mas a pátria lhe dá uma missão particular: ele é soldado, e daí nascem deveres especiais regidos pela lei especial do exército”. <sup>7</sup>

O Brasil sofreu as mesmas influências uma vez que o conjunto normativo aqui aplicado era o mesmo de Portugal e Espanha, pois Felipe III reinou em ambos países e, por consequência, o Brasil, permaneceu sob domínio dos reis espanhóis de 1580 a 1640; por esse fato, vigorou aqui as Ordenações Filipinas, onde estava inserida a legislação militar, conhecida como Regulamento do Conde de Lippe (Wilhelm Lippe, Conde de Schaumbourg, oficial alemão, convidado por D. José I, rei de Portugal, para

<sup>6</sup> GUSMÃO, (apud.) CORRÊA, Getúlio. Op. Cit. Texto adaptado. p. 13

<sup>7</sup> CHAVES JR. 1978 apud. ROTH, Ronaldo João.(a) Op. Cit. p. 8



instruir as tropas portuguesas no século XVIII). Isto perdura até o final do século XIX quando é editado o Código Penal da Armada.<sup>8</sup>

**Segundo José Feliciano Viana:**

[...] o Superior Tribunal Militar (1946), antigo Conselho Supremo Militar e de Justiça (1808), teve sua origem em 11 de dezembro de 1640, sob a denominação de Conselho de Guerra e se regulava pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643 (Resoluções e Ordens Régias do Conselho de Guerra de Lisboa), transformando-se em Conselho Supremo em 20 de agosto de 1777.

[...]

O Conselho Supremo Militar se compunha por Conselheiros de Guerra e do Almirantado, e por outros oficiais nomeados como vogais, e o Conselho Supremo de Justiça possuía a mesma composição, mais três juízes togados, um dos quais para relatar os processos.<sup>9</sup>

Registrando-se oficialmente a instalação do escabinato no Brasil, ensina **Gilberto Valente Martins:**

[...] escabinato ou escabinado, muito difundido não só na Justiça Militar, como também na Justiça Penal comum da maioria dos países civilizados, como as Cours d'Assises da França, copiadas pela Bélgica e por vários cantões Suíços, como os de Berna, Neuchâtel e Vaud, as Cortes d'Assises italianas, o Schwurgericht e o Schoffengericht alemães, de natureza eminentemente democrática [...] é um tribunal colegiado misto, composto de juízes togados e juízes leigos, todos com voz, diferenciando-se do Tribunal do Júri em razão de não possuir o juiz togado direito de voto, somente voz.<sup>10</sup>

O escabinato é um conselho que, como foi relatado anteriormente, teve seu embrião no Direito Romano com a criação do “*Consiliun*”.

<sup>8</sup> CORRÊA, Getúlio. Op. Cit. Texto adaptado. p. 22

<sup>9</sup> VIANA, 1981 apud. Ibidem p. 22

<sup>10</sup> MARTINS, Gilberto Valente. *A necessidade de reforma organizacional da Justiça Militar*. in Revista Direito Militar, AMAJME. Nº. 2, p. 39/43

## 2.1 SISTEMA PROCESSUAL DISPOSITIVO

O Sistema Dispositivo rege, basicamente, as relações privadas no âmbito do Direito Civil, sendo sua principal característica a da faculdade de opção de solicitar ou não a tutela jurisdicional, quando se acharem proprietários de um direito.

São princípios desse sistema:

- a) convencido da titularidade de um direito material, poderá dispor ou não do direito de demandar;
- b) ainda que iniciado o processo, poderá dispor da suspensão ou interrupção do seu trâmite, independente da sua conclusão;
- c) iniciado o processo, a decisão jurisdicional estará vinculada ao limite do que foi pedido.

Observado os ensinamentos de José Vicente Gimeno Sendra:

[...] son características del principio dispositivo las siguientes:

- a) **Poder de disposición sobre el derecho material:** si los hechos o intereses jurídicos que se pueden discutir en el proceso civil son del dominio absoluto de los particulares, nadie se le puede constreñir a ejercitar su defensa ante los Tribunales. (“*Ne procedat iudex ex officio*”).
- b) **Poder de disposición sobre la pretensión:** pero este poder de disposición de las partes no se limita exclusivamente al ejercicio de la acción, a la instauración del proceso, sino que también pueden disponer del proceso mismo a través de una serie de actos que, con fuerza de coza juzgada (allanamiento, renuncia y transacción) o sin ella (desistencia, caducidad), producen la terminación anormal, antes de la sentencia definitiva del proceso.
- c) **Vinculación del Tribunal por las pretensiones de las partes:** “*Neeat iudex ultra petita partium*” es otro de los aforismos que configuran el principio dispositivo. Con base en el mismo, el Tribunal no puede en su decisión final otorgar más de lo solicitado por el actor; más de lo resistido por el demandado, otorgar cosa distinta a lo pedido por ambos o en un recurso gravar más de lo que ya estaba el recurrente (imposibilidad de “*reformatio in puius*”) <sup>11</sup>

<sup>11</sup> SENDRA, 1981 apud. MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Curso de Investigação Criminal*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2002, p. 2

Aproveitando a definição de Francesco Carnelutti, em sua obra *Derecho Procesal Civil y Penal*:

En primer término, las partes denuncian al juez su desacuerdo. El desacuerdo, es el desorden, que reclama la intervención del juez. Donde hay acuerdo hay orden, y donde hay orden el juez no debe intervenir, no sólo porque su intervención sería inútil sino también porque sería peligrosa. El juicio, debemos recordarlo, es un subrogado del acuerdo; y una medicina propinada a un sano no sólo no le favorece sino que puede serle nociva.<sup>12</sup>

A faculdade que o titular de um direito tem para, através do Poder Judiciário e por meio do processo, buscar a declaração desse direito é o principal fundamento da existência do princípio dispositivo no Processo Civil, haja vista que, na sua maioria, as relações do Direito Civil são disponíveis, de forma que esse titular deve decidir por sua vontade se quer ou não a formalização jurídica do direito.<sup>13</sup>

## 2.2 SISTEMA PROCESSUAL ACUSATÓRIO

Esse sistema tem sua origem e desenvolvimento no Direito Grego, quando o povo participava diretamente da acusação e do julgamento. Desenvolve-se em Roma no período da Monarquia, quando se praticava a “*cognitio*” ditada por uma apelação entre o povo, chegando ao sistema acusatório no período republicano. A transição vem com as assembléias populares chegando à sua perfeição no final da República.<sup>14</sup>

Com o surgimento do sistema inquisitivo, ele passa a conviver com o acusatório até o século XI, quando o acusatório perde totalmente seu espaço para o inquisitivo. Em meados do século XVIII, a parte intelectualizada do povo, que sempre acreditou nos ensinamentos da igreja católica, começa a questionar a “fé pura e simples”, é o início da decadência do sistema inquisitivo, reiniciando o sistema acusatório, quando se buscou corrigir as falhas apresentadas anteriormente.

<sup>12</sup> CARNELUTTI, 1971 apud. MENDRONI, Op. Cit., 2002. p. 2

<sup>13</sup> MENDRONI, Op. Cit., 2002, p. 3

<sup>14</sup> Ibidem. p. 8.

As principais características que o distingue de forma superior ao sistema inquisitivo, conforme elencou Fernando da Costa Tourinho Filho são:

- a) o contraditório, como garantia do cidadão;
- b) equilíbrio de direitos entre o acusador e o acusado;
- c) todo o procedimento era público e fiscalizado pelo povo;
- d) acusar, defender e julgar eram funções atribuídas a pessoas distintas, e não era dado ao juiz o poder de iniciar o processo;
- e) a iniciativa do processo era da parte acusadora, que podia ser o ofendido ou seu representante legal, qualquer cidadão do povo ou órgão do Estado.<sup>15</sup>

Na primeira fase histórica, verificavam-se inúmeros e sérios inconvenientes que propiciaram sua decadência em virtude dos danos que provocava e, de acordo com o mestre Hélio Tornaghi, algumas características são facilmente encontradas:

- a) **impunibilidade do criminoso**: a expectativa de ver o praticante do delito punido era freqüentemente frustrada, o que estimulava a prática criminosa;
- b) **facilitação da acusação falsa**: a fragilidade em manter a acusação culminava pela aceitação da denúncia sem qualquer prova;
- c) **desequilíbrio de forças**: as sociedades antigas eram organizadas em castas, onde o direito não acudia de maneira igualitária todas as classes sociais;
- d) **a verdade era pervertida**: esse sistema se baseava na acusação, ou seja, nas provas juntadas aos autos, e aquele que julgava dependia do que lhe era apresentado, contentando-se com a verdade que as partes admitiam, de forma que a verdade era fictícia;
- e) **eventual impossibilidade de julgar**: por não haver fase instrutória, o juiz não se preocupava com a investigação, que cabia aos interessados, dificultando, freqüentemente, o julgamento;

---

<sup>15</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva. 1991, p. 71.

f) **sentença inexecutável**: esse sistema processual permitia que o réu aguardasse a sentença em liberdade, portanto, ao final do processo, o condenado não mais era localizado.<sup>16</sup>

Historicamente, os povos antigos tinham a vingança privada como princípio para solucionar relações litigiosas, sendo que o réu deveria ser submetido ao mesmo ato que praticara, o que nem sempre ocorria, pois as comunidades acabavam por cometer atrocidades maiores que as praticadas pelos criminosos, que raramente tinham seus atos apreciados com equilíbrio. O mais famoso princípio é o da Pena de Talião “olho por olho, dente por dente”, sendo o castigo é igual à culpa, e a desforra igual à ofensa, vindo o sistema acusatório assinalar o fim da vingança. Portanto, o surgimento do processo acusatório é um marco na evolução processual, porque tinha como pressupostos a correção de procedimentos de apuração, permitindo, ao acusado, ferramentas para provar sua inocência.

As falhas apontadas para esse sistema se originaram pela interferência política e pela própria forma de como eram organizadas as sociedades antigas, que impuseram privilégios, culminando com a falência, por ineficiência, do sistema processual acusatório. Modernamente, o sistema volta a ser empregado, corrigindo suas deficiências por meio de um adequado conjunto de normas substantivas.

## 2.3 SISTEMA PROCESSUAL INQUISITIVO

O sistema inquisitivo, segundo Pedro Aragoneses Alonso, em *Instituciones de Derecho Procesal Penal*, citado por Mendroni, tem o gérmen do seu surgimento no período do Império Romano, na “*cognitio extra ordinem*”, de maneira que o imperador investigava secretamente e julgava os delitos relativos às novas idéias políticas, com o objetivo de controlar todo pensamento político da sociedade romana, “*El germen del*

---

<sup>16</sup> TORNAGHI, Hélio. *Curso de Processo Penal*. vol. 1, 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 1988, p. 12-14.

*régimen inquisitivo surge así en este período romano, imponiendo una investigación preliminar secreta, aunque el juicio continúe siendo oral y público”.*<sup>17</sup>

Cita, ainda, Hélio Tornaghi que o processo inquisitório surge como subsidiário do acusatório, coexistindo por vários séculos. Já na época de Diocleciano, passa a iniciar com a denúncia, e a investigação cabendo aos “*quaesitores*” e, nas províncias, os “*irenarchae*”, os “*curiosi*” e os “*stationarii*” somente tomavam iniciativa na não apresentação de um acusador. Gradativamente o processo acusatório vai perdendo espaço para o inquisitivo.

Inicialmente, tinha como características básicas, segundo Costa Tourinho, citando Garcia-Velasco:

- a) a acusação, a defesa e o julgamento estavam nas mãos de uma só pessoa, que agia de ofício;
- b) era secreto;
- c) sem contraditório;
- d) os juízes eram permanentes e irrecusáveis;
- e) a confissão era suficiente para a condenação;
- f) o procedimento era escrito: “*quod non est in actis non est in mundo*”;
- g) admitia a apelação da sentença.<sup>18</sup>

Esse sistema ganha força no Direito Canônico, principalmente com as reformas proporcionadas no século XI pelo Papa Gregório VII, com a centralização papal de todos os assuntos da igreja, afirmando sua soberania sobre toda a instituição, sendo o único com poder de nomear, depor, transferir e dirigir os bispos, terminando com os cargos hereditários, quando atualizou e codificou o direito canônico, em concordância com as novas técnicas jurídicas. Assim conta José Ignacio Echeagaray:

A partir de 1075, se establecen legados permanentes, “*vicarios del Papa*”, que representan al Pontífice en la corte del emperador y en las

<sup>17</sup> ALONSO, 1986 apud. MENDRONI, Marcelo Batlouni. Op. Cit., p. 4

<sup>18</sup> GARCIA – VELASCO, 1980 apud. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Op. Cit., p. 73

de los reinos feudales, dotados de amplísimas facultades jurisdiccionales, organizativas y disciplinarias [...] <sup>19</sup>

No século XII, surge a Justiça Eclesiástica, tendo em vista a igreja desenvolver uma grande preocupação em defender a fé, utilizando-se do “*Procedimiento per Inquisitionem*” nos casos de heresia, e do Procedimento Ordinário, para os demais delitos. Porém, nos séculos XIII, XIV e XV, o processo manifestado em Roma que já permitia o juiz agir de ofício, ganha tanta força que passou a ser utilizado em todos os delitos, tendo, inclusive, a igreja influenciado quase a totalidade da Europa, porque os soberanos vislumbraram a utilização do sistema como garantia do poder.

O processo foi brutalmente remodelado, pois inicialmente tinha como certo os direitos e garantias dos acusados; agora, com um discurso de combater o pecado, adota a unilateralidade do processo, com um único fundamento, a necessidade de garantir a continuação da fé e do sentimento religioso. Criaram-se regras próprias em nome do poder divino:

- a) bastando um rumor público para iniciar um processo;
- b) não havia acusação e publicidade, a atuação do magistrado era de ofício e secreto, as declarações eram por escrito, e o réu tomava conhecimento, posteriormente, sem conhecer o nome da testemunha;
- c) o juiz deixa de arbitrar e passa a condição de inquisidor, além de atuar desde o início como acusador;
- d) atingir a consciência do indivíduo era o objetivo do processo, tendo o pecado como delito, e a penitência, como sansão; dessa forma, a confissão representava a vitória da igreja, considerada a rainha das provas; portanto, aceitava-se todos os meios para arrancar a confissão do acusado, e naturalmente, a tortura;
- e) o acusado era privado da defesa, considerada um obstáculo na busca pela verdade.

O mestre Fernando da Costa Tourinho Filho aponta, em sua obra, a reação, surgida na Europa do século XVIII, contra o sistema inquisitivo e as torturas. Montesquieu admitia a importância do Ministério Público por acabar com a delação

<sup>19</sup> ECHEAGARAY, 1994 apud. MENDRONI, Marcelo Batlouni. Op. Cit., p. 4

falsa. Beccaria dizia que, nos limites da justiça e da utilidade, punir nada mais era que a defesa da sociedade. Voltaire questionou as leis de Luiz XIV, dizendo que o juiz, à frente do acusado, estava mais para um inimigo que para um magistrado. Por volta de 1774, a tortura é abolida, em Nápoles, e se tornou obrigatória a motivação da sentença do juiz. Em 1788, a França proíbe a tortura e exige sentenças motivadas.<sup>20</sup>

## 2.4 SISTEMA PROCESSUAL MODERNO

Inúmeros fatos ocorrem na Europa ao final da Idade Média. A sociedade intelectualizada e o poder econômico da burguesia começam a desequilibrar as forças, que até então pendiam unicamente para a manutenção de um poder, fosse ele o do senhor feudal, o do soberano ou o da igreja católica. Dessa forma, a pressão social obriga a adequação do ordenamento jurídico, criando garantias até então entendidas como desnecessárias.

O maior acontecimento social que implodiu na França e alterou o comportamento de inúmeras nações, principalmente as mais jovens do continente americano, foi a Revolução Francesa. Após sua eclosão, o processo inquisitório sofre grandes alterações, misturando com o acusatório, conforme explica Tourinho Filho que o processo se dividia em três fases: da polícia judiciária, da instrução e do julgamento.<sup>21</sup>

Os idealizadores se aproveitaram dos benefícios que o sistema inquisitivo propiciava para uma preparação instrutória, pois o processo transcorria secretamente, por escrito, sem o contraditório, sem direito de defesa e dirigido pelo magistrado; ao final da fase preparatória, o processo se tornava acusatório, portanto oral, público e garantido o contraditório, e, por fim, encerrando o processo com o julgamento. Com isso, corrobora Hélio Tornaghi quando alega “*que o procedimento inquisitório é mais eficiente na apuração dos fatos, enquanto o acusatório oferece mais garantias ao acusado*”.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa Op. Cit., p. 68-69.

<sup>21</sup> Ibidem. p. 74.

<sup>22</sup> TORNAGHI, Hélio, Op. Cit., p. 18.



No Brasil, o sistema adotado é o acusatório nos processos judiciais, juntando-se ao conjunto o Ministério Público, como órgão do Estado, que assume a responsabilidade de realizar a acusação em prol da defesa dos direitos dos cidadãos, uma vez que no Direito Penal o bem comum é a defesa da sociedade contra a criminalidade. O sistema acusatório propicia inúmeras garantias individuais e coletivas, advindas da Constituição Federal, inserta no seu artigo 5º:

**Constituição Federal**

**art. 5º [...]**

- XLIX** – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
- LIV** – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
- LV** – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados: o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- LVI** – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;
- LX** – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
- LXI** – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
- LXII** – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- LXIII** – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;
- LXIV** – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

A legislação infraconstitucional regulamenta uma fase pré-processual estabelecida pela constituição, a qual dá a competência para a polícia de maneira que a ela instrua a fase pré-processual, coletando informações, materiais, requisitando perícias, exames médico-legais, interrogando, diligenciando, apurando a materialidade e a autoria, garantindo a imputação física do fato àquele que o praticou.

Essa fase é inquisitiva, de forma que não há acusação, portanto não haverá defesa ou contraditório, sendo facultado a assistência de um advogado ao investigado, ao qual será permitido indicar testemunhas ou solicitar diligências, podendo ou não ser

atendido por parte da autoridade que preside o ato, denominado inquérito policial, tendo em vista a autoridade ser detentora de poder discricionário.

## 2.5 INQUÉRITO POLICIAL

O Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, não define o que é inquérito policial, porém seu conceito doutrinário está pacificado como sendo um procedimento administrativo, com o caráter meramente informativo, que tem por objetivo municiar o órgão responsável pela acusação com o mínimo de elementos necessários à proposição da ação penal.

Para Tourinho Filho *“inquérito policial é, pois, o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo.”*<sup>23</sup>

Para Mirabete, o inquérito policial é:

[...] a instrução provisória, de caráter inquisitivo, tem valor informativo para a instauração da competente ação penal. Entretanto, nele se realizam certas provas periciais, que, embora sem a participação do indiciado, contem em si maior dose de veracidade, visto que nelas preponderam fatores de ordem técnica que, além de mais difíceis de serem deturpados, oferecem campo para uma apreciação objetiva e segura de suas conclusões.<sup>24</sup>

Ao Estado compete o *“jus puniendi”* e essa obrigação só será concreta por meio do devido processo legal, conforme norma constitucional, em seu artigo 5º inciso LIV. No Brasil, o sistema processual adotado é o acusatório, que permite maiores garantias ao acusado, porém, para que essas garantias não criassem os problemas que culminaram na sua substituição, como já apresentado no subitem 2.2 deste trabalho, culminando por dificultar qualquer acusação e eliminar a possibilidade de ver punido o responsável pela prática de um delito, utilizou-se o sistema inquisitivo na fase pré-processual, para que se buscassem elementos de convicção, de forma a permitir uma

<sup>23</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa Op. Cit., p 163.

<sup>24</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. *Código de Processo Penal Interpretado*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999. p. 77

acusação com a segurança de não expor gratuitamente o cidadão a um processo criminal.

O instrumento criado pelo legislador é o inquérito policial, que tem por objetivo investigar a autoria e a materialidade de um ilícito, seja crime ou contravenção, propiciando ao órgão com a competência titular da ação penal pública, o Ministério Público, ou ao titular da ação penal privada, ou mesmo ao ofendido ou seu representante legal, tenham os elementos necessários para o oferecimento da ação penal ou a propositura de pedido de arquivamento, conforme prescrito na lei processual.

No inquérito policial é realizada a investigação, sendo transcritas as declarações de todas as pessoas envolvidas, encaminhando-as, quando necessário, para exame médico-legal; estuda-se o local de crime e se juntam provas, nas quais são realizados exames periciais; forma-se o “*opinio delicti*”, de acordo com os artigos de 4 a 23 do Código de Processo Penal. Não se pode confundir tais funções com a instrução criminal prevista nos artigos 304 a 405 do CPP, que dizem respeito à fase processual, de maneira que, em regra, os princípios processuais e o contraditório não se aplicam ao inquérito policial.

O artigo 4º do CPP define que a competência do inquérito policial é da polícia judiciária, sendo exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá, por fim, a apuração das infrações penais e da sua autoria, mas não define quem é essa autoridade. Já a Constituição Federal previu no § 4º, do artigo 144, que a Polícia Civil é o órgão responsável pela apuração das infrações penais comuns, excetuando as de competência da Polícia Federal, estabelecendo, de plano, que não compete a ambas apurar delitos de natureza militar.

Não se deve interpretar o texto do artigo 4º do CPP como se tem visto em algumas obras, quando os autores procuram demonstrar a existência de autoridade policial apenas na polícia judiciária, o que não é verdade. O artigo define qual é a competência, mas se refere de forma genérica quando trata do seu detentor, deixando que outra norma venha especificar. Tanto a Constituição Federal como o Código de Processo Penal não esclarecem quem são essas autoridades, ficando aberto para que

cada Estado Federativo venha atribuir tal competência à autoridade que julgar conveniente, e conforme o limite imposto pelas citadas normas.

Não é intenção deste trabalho apresentar nova tese sobre o assunto, porém o que se deseja registrar é a omissão legislativa existente, pois em nenhum momento define com exatidão, utilizando-se de adjetivo que já provocou inúmeras interpretações a respeito do fato, culminando por provocar questionamento junto ao STF, que se manifestou, conforme o texto abaixo, em resposta à Ação de Inconstitucionalidade proposta em razão da interpretação das funções estipuladas pela Lei 9.099/95, “o que não ocorre na norma castrense”.

**ADI Nº. 2618, de 03 de Maio de 2002:**

[...] porque o art. 69 da Lei 9.099/95, ao dispor que o termo circunstanciado será lavrado pela autoridade policial, tão logo tome conhecimento da ocorrência, não afastou a possibilidade de a polícia militar ser assim considerada (fls. 232/235); ademais, não sendo o termo circunstanciado inquérito policial, mas tão-somente comunicação de fato relevante a autoridade judiciária, não há porque atribuir a competência para lavrá-lo exclusivamente a polícia civil, [...]

No concernente ao mérito, também, não assiste razão ao Partido requerente, porquanto inexistente afronta ao art. 22, inciso I, da Constituição Federal, visto que o texto impugnado não dispõe sobre direito processual ao atribuir a autoridade Policial-Militar competência para lavrar termo circunstanciado a ser comunicado ao juizado especial. Não se vislumbra, ainda, nem mesmo afronta ao disposto nos incisos IV e V, e 4 e 5, do art. 144, da Constituição Federal, em razão de não estar configurada ofensa à repartição constitucional de competência entre as polícias civil e militar.<sup>25</sup>

A decisão do Supremo Tribunal Federal, relatada pelo Ministro Carlos Veloso, deixa clara a diferença existente entre os tipos de autoridades e poderes, quando diz que o artigo 69, da Lei 9.099/95, ao se referir apenas à autoridade policial deixou a interpretação aberta a todas as autoridades policiais, ou seja, a qualquer funcionário público. Da mesma forma se verifica no Provimento nº. 758/01, do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que assim entendeu e,

<sup>25</sup> VELOSO, Ministro Carlos (Relator). *Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 2618*. Procedência: Estado do Paraná; Requerente: Partido Social Liberal; Advogado: Wladimir Sérgio Reale; Requerido: Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

por isso, limitou a atribuição àquelas autoridades que executam o policiamento ostensivo e investigatório:

**Provimento nº. 758/01:**

**art. 1º.** Para os fins previstos no art. 69, da Lei 9099/95, entende-se por autoridade policial, apta a tomar conhecimento da ocorrência, lavrando o termo circunstanciado, encaminhando-o, imediatamente, ao Poder Judiciário, o agente do Poder Público investido legalmente para intervir na vida da pessoa natural, atuando no policiamento ostensivo ou investigatório.

**art. 2º.** O Juiz de Direito, responsável pelas atividades do Juizado, é autorizado a tomar conhecimento dos termos circunstanciados elaborados pelos policiais militares, desde que assinados concomitantemente por Oficial da Polícia Militar.<sup>26</sup>

Portanto, uma coisa é a autoridade policial, outra é a autoridade de polícia judiciária, a quem compete à atribuição do inquérito policial, imposta pelo Código de Processo Penal.

Não poderia ser diferente, pois autoridade significa “*o direito de se fazer obedecer por superioridade constituída por uma investidura*”<sup>27</sup>, portanto toda autoridade é investida de um determinado poder. Autoridade policial é todo aquele que está investido do poder de polícia, império do Estado, de forma que não pode ser delegado a qualquer outro ente, e o detentor desse poder é o funcionário público, que investido dessa autoridade atua na função de “polícia” (*lato sensu*), ou seja, no policiamento ostensivo, na investigação, na fiscalização etc., dentro da esfera de competência de cada órgão e de cada funcionário.

O objetivo da norma, no artigo 4º do CPP, não é definir quem é a autoridade de polícia, mas sim uma competência e, dessa forma, apregoar um determinado poder específico, que é o poder de polícia judiciária, e, em nenhum momento, a norma conjectura que as únicas autoridades policiais estão na polícia judiciária, muito menos que essa autoridade seja o delegado de polícia. Além do que, o cargo de delegado de

<sup>26</sup> Provimento Nº. 758, de 23 de agosto de 2001, do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que regulamenta, no âmbito do TJSP, o entendimento e adota procedimentos para a aplicação da Lei Nº. 9.099/95.

<sup>27</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª ed. São Paulo: Editora Gamma, 1986.

polícia não é mencionado em qualquer lugar da legislação substantiva, somente se verifica na Constituição Federal e na Constituição do Estado de São Paulo, atribuindo-lhe o cargo que é a função de dirigente da polícia judiciária; o demais é puramente interpretação, sendo necessário a frase: “isso não ocorre na norma castrense”.

Para que se possa melhorar a compreensão sobre a competência de uma autoridade, basta que se estabeleça um determinado poder a um órgão ou pessoas para que surja uma autoridade específica:

- a) um juiz de futebol é uma autoridade esportiva, detentor do poder arbitral atribuído em norma desportiva;
- b) um sacerdote é uma autoridade eclesiástica, detentor do poder religioso ou espiritual, atribuição “*interna corpore*” por cada uma das religiões e protegido por norma constitucional;
- c) juiz de direito é uma autoridade judiciária, detentor do poder judicial atribuído por norma constitucional etc.

Da mesma forma quando a Constituição Federal atribui competências aos órgãos federais, estaduais e municipais, está distribuindo poderes específicos para que cada órgão possa executar sua missão, como por exemplo:

- a) fiscal da prefeitura: é autoridade policial, detentor do poder de polícia, competente para fiscalizar o que a lei municipal determinar e aplicar sanções administrativas previstas;
- b) guarda civil municipal: é autoridade policial, detentor do poder de polícia, competente para promover segurança nos próprios municipais;
- c) policial civil: é autoridade policial, detentor do poder de polícia, competente para exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais atribuídas por norma constitucional;
- d) Policial-Militar: é autoridade policial, detentor do poder de polícia, competente para exercer a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; além das

atribuições definidas em lei, incumbe à execução de atividades de defesa civil, atribuídas por norma constitucional.

Ao analisar a Súmula 397, do STF, onde o Judiciário se pronunciou, tendo em vista a omissão de regulamentação legislativa, definindo que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal são detentores do poder de polícia, cabendo-lhes a competência de polícia judiciária:

**Súmula 397:**

O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido em suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.

Ocorre, no caso em questão, que a súmula interpreta a norma processual, entendendo haver um poder específico que auxilia o Legislativo no cumprimento da sua função principal prevista na Carta Magna. Essa norma interpretada é o Código de Processo Penal, que além de tratar do processo penal, adentra à esfera de atribuição da polícia e distribui competência às autoridades de polícia e autoridades administrativas para que elaborem auto de prisão em flagrante delito e conduzam inquérito policial, conforme o parágrafo único do artigo 4º:

**Código de Processo Penal:**

**Art. 4º** - A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

**Parágrafo único** - A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Resta compreender que não existe uma definição de quem é a autoridade policial e, muito menos, o Código de Processo Penal o faz, deixando que essa previsão seja consumada por regulamentação, seja na esfera do executivo, do legislativo ou do judiciário.

Porém, em todos os níveis normativos que estabelecem e regulamentam a ação da polícia judiciária e de seus agentes, verifica-se a exceção da atuação na esfera

militar, na qual existe um conjunto normativo, órgãos e autoridades próprios para exercerem tal atribuição, previamente definidos em lei, sendo as autoridades apresentadas à seguir, no capítulo 3.

## **2.6 DIREITO MILITAR E JUSTIÇA MILITAR NO BRASIL**

A Constituição Federal define quem são os militares e quais são os bens jurídicos tutelados:

### **Constituição Federal:**

**art. 42** Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

[...]

**art. 142** As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e ordem.

Encontra-se estabelecido no inciso VI, do artigo 92, da Constituição Federal, quais são os órgãos competentes para julgar os crimes militares:

### **Constituição Federal:**

**art. 92** São órgãos do Poder Judiciário:

[...]

VI – os Tribunais e Juízes Militares;

Encontra-se estabelecida, nos artigos 122 a 124, a Justiça Militar da União, órgão com competência para julgar os militares federais, além da incumbência recursal:

### **Constituição Federal:**

#### **Dos Tribunais e Juízes Militares**

**Art. 122.** São órgãos da Justiça Militar:

I – o Superior Tribunal Militar;



**II** – os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.

**Art. 123.** O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

**Parágrafo único.** Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:

**I** – três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

**II** – dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

**Art. 124.** À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

**Parágrafo único.** A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

Quanto à Justiça Militar Estadual, verifica-se a sua constituição no artigo 125 da Carta Magna:

#### **Constituição Federal:**

**Art. 125.** Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição:

[...]

**§ 3º** A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

Observa-se que a diferença de competência da Justiça da União para com a Estadual é:

- a) a do parágrafo 4º, do artigo 125, em relação ao artigo 124; verifica-se que a Justiça Estadual não é competente para julgar civil que comete infração penal prevista no Código Penal Militar;
- b) a alteração imposta pela Emenda Constitucional nº. 45, de 08 de dezembro de 2004, retirando a competência da Justiça Estadual para julgar crimes militares praticados contra civil que sejam da competência do Tribunal do Júri.

**Constituição Federal:****art. 125**

[...]

**§ 4º** Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

**(§ 4º alterado pela EC nº. 45/2004)**

As características da Justiça Militar, no Brasil, se distinguem das de outros países, principalmente em virtude da dimensão continental do Brasil, que obrigou a criação de uma estrutura muito diluída territorialmente; é também, permanente (em “tempo de paz” e em “tempo de guerra”), além de incorporar a mesma estrutura do Poder Judiciário. A Justiça Castrense permanente ocorre em vários países da Europa, tais como: a Itália e a Espanha. Já na França e na Alemanha, ela só se constitui em “tempo de guerra”. Na Venezuela, existe uma jurisdição especial independente com revisão das decisões em sede ordinária; na Argentina, ela integra o Poder Judicial como tribunal administrativo, onde suas decisões são revistas em sede judicial; no Peru, a Justiça Castrense é paralela e independente, com raros casos de revisão de decisões em foro comum; e no Panamá, verifica-se, ainda, a inexistência de jurisdição militar.<sup>28</sup>

Para que se possa abordar o Inquérito Policial-Militar, urge esclarecer um conceito de suma importância para que se compreenda toda a estrutura elaborada para o seu desenvolvimento. O conceito que será apresentado é o do crime militar, já que determinada a especificidade de um delito, caracterizando-o como militar, aplicar-se-á todo conjunto jurídico especial e policial para apurá-lo e processá-lo na esfera militar, em tese.

<sup>28</sup> MONTESINOS, Cristian Donayre. artigo publicado na Revista Direito Militar nº. 56: *La Justicia Militar en el Derecho Comparado en General y en América Latina en particular. Algunos elementos a tomar en cuenta para determinar la fórmula aplicable en el Perú*. Florianópolis: Associação dos Magistrados das Justiças Militares dos Estados - AMAJME, 2005, texto adaptado p. 14 a 18.

## 2.7 CRIME MILITAR

O artigo 124, da Constituição Federal dispõe que “*a Justiça Militar compete processar e julgar crimes militares definidos em lei*”; porém constata-se que o legislador constituinte deixou que os critérios que definem o crime militar fossem fixados por lei ordinária. A lei de que trata o assunto é o Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, o Código Penal Militar.

No artigo 9º, do Código Penal Militar, encontram-se definidos os critérios que caracterizam os crimes militares, segundo o tempo em que é praticado:

### **Código Penal Militar**

#### **Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:**

**I** - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

**II** - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

[...]

**III** - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

[...]

**Parágrafo único.** Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.

No artigo 10, do Código Penal Militar, encontra-se a caracterização dos crimes militares “em tempo de guerra”:

### **Código Penal Militar**

#### **Art. 10. Consideram-se crimes militares, em tempo de guerra:**

**I** - os especialmente previstos neste Código para o tempo de guerra;

**II** - os crimes militares previstos para o tempo de paz;

**III** - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente:

**a)** em território nacional, ou estrangeiro, militarmente ocupado;

**b)** em qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares ou, de qualquer

outra forma, atentam contra a segurança externa do País ou podem expô-la a perigo;

IV - os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos neste Código, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

Em tempo de guerra, o Código Penal Militar permite, em determinados crimes, como por exemplo, a espionagem, a aplicação da pena de morte. A Constituição Federal veda a aplicação da pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, art. 5º, inciso XLVII. Essa pena somente será aplicada aos militares em tempo de guerra e em determinados crimes, devendo ser assegurado ao acusado a ampla defesa e o contraditório, conforme o art. 5º, inciso LV, do texto constitucional.

O crime militar é o ato de infringir um comportamento que viola o dever militar e os valores das instituições militares, devidamente previstos em lei, portanto o fato deve ser típico, antijurídico e culpável.

Existe uma relação análoga entre crime militar e transgressão disciplinar, da mesma forma como existe a do crime para a contravenção penal, portanto transgressão disciplinar também é uma violação, porém na sua manifestação elementar e simples.

No estudo do crime militar, a doutrina penal-militar verificou a existência de alguns critérios que devem ser observados na composição do seu conceito: “*ratione materiae*”, “*ratione personae*”, “*ratione temporis*”, “*ratione loci*” e “*ratione legis*”. Portanto se constitui crime militar quando:

- a) *ratione materiae*: deve-se verificar a dupla qualidade do militar, no ato e no agente propriamente dito;
- b) *ratione personae*: o sujeito ativo do crime é militar agindo exclusivamente na qualidade de militar;
- c) *ratione temporis*: verifica-se sua prática em um determinado momento ou determinada época, a exemplo dos praticados durante manobras ou exercícios militares, ou mesmo em tempo de guerra;
- d) *ratione loci*: leva-se em conta o lugar de ocorrência do crime, quando esse lugar estiver sob administração militar;

e) *ratione legis*: a lei o prevê, portanto considera-se crime militar toda ação ou omissão tipificadas no Código Penal Militar e em conformidade com o seu artigo 9º.

O artigo 9º, do CPM, ainda, divide o crime militar em:

- a) inciso I – **crimes tipicamente e propriamente militares**;
- b) inciso II – **crimes impropriamente militares**, sendo que o sujeito ativo será sempre o militar da ativa;
- c) inciso III – **crimes impropriamente militares**, sendo que o sujeito ativo será sempre o militar da reserva, reformado ou civil.

O crime **tipicamente militar** é aquele que encontra sua previsão apenas no Código Penal Militar. Esses delitos podem ser praticados por militar ou por civil, com exceção aos tipos que exijam condição somente para militar ou somente para civil. A insubmissão (art. 183 do CPM) é exemplo de crime tipicamente militar, com a condição de que somente civil o pratica; da mesma forma, verifica-se a deserção (art. 187 do CPM), com a condição de que somente militar o pratica, este último configurando o exemplo de **crime propriamente militar**;

O **crime impropriamente militar**, além da sua previsão na norma castrense, também é encontrado no Código Penal; a título de exemplo, o roubo tem sua definição no artigo 242, do CPM, e no artigo 157, do CP.

Uma observação deve ser feita quanto aos crimes propriamente militares, advinda da decisão do STM, Superior Tribunal Militar, conforme o acórdão nº. 2000.01.006744-8, do Estado do Rio de Janeiro, de 14 de setembro de 2000, sendo relator o Min. José Sampaio Maia, a partir do qual um civil pode responder por crime propriamente militar na condição de co-autor. Sobre o mesmo fato, igualmente decidiu o STF, de acordo com o seguinte Acórdão:

STF HC 81438/Rio de Janeiro  
HABEAS CORPUS  
Relator: Min. NELSON JOBIM  
Julgamento: 11/12/2001  
Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação: DJ DATA-10/12/02 PP-00068 EMENT  
VOL-02068-01 PP-00133

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME MILITAR. DENÚNCIA. ATIPICIDADE. CONCURSO DE AGENTES. MILITAR E FUNCIONÁRIO CIVIL. CIRCUNSTANCIA DE CARÁTER PESSOAL, ELEMENTAR DO CRIME. APLICAÇÃO DA TEORIA MONISTA.

Denúncia que descreve o fato típico, em tese, de forma circunstanciada, e faz adequada qualificação dos acusados, não enseja o trancamento da ação penal. Embora não exista hierarquia entre um sargento e um funcionário civil porque, no caso, elementar do crime. Aplicação da teoria monista. Inviável o pretendido trancamento da ação penal. HABEAS indeferido.” [...]

## 2.8 INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

Após a análise do inquérito policial, instrumento utilizado para apurar delitos estabelecidos no Código Penal, será analisado o inquérito Policial-Militar, instrumento análogo, utilizado para apurar crimes militares previstos no Decreto-lei nº. 1001, de 21 de outubro de 1969, o Código Penal Militar.

De antemão, não se poderia iniciar o subtítulo sem a devida consideração a respeito da pecha que alguns formadores de opinião tentaram colocar sobre a atuação da Justiça Militar e da Polícia Judiciária Militar, como sendo justiça de “exceção”. Como se viu no capítulo inicial, a Justiça Militar não é algo inventado no Brasil, nem mesmo é produto do chamado regime militar, é sim, matéria jurídica com origens remotas no tempo, que se desenvolveu haja vista sua importância, sempre praticado no nosso país e em, praticamente, todas as nações, principalmente naquelas reconhecidas como defensoras dos Direitos Humanos.

A Justiça Militar e a Polícia Judiciária Militar, são frutos do Direito Militar que constitui um ramo do Direito Público, portanto, **não é uma exceção, e sim uma especialidade** praticada por profissionais capacitados, sob a constante vigilância do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, como ocorre com as apurações e processos referentes aos delitos comuns.

O inquérito policial-militar se difere do inquérito policial porque sua definição não depende de interpretação de doutrinadores ou de jurisprudências, o que também

serve para as autoridades de polícia judiciária militar, uma vez que o Código de Processo Penal Militar define cada uma delas, não deixando margem para interpretação a respeito do assunto.

O IPM tem sua previsão no Decreto-lei nº. 1.002, de 21 de outubro de 1969, o Código de Processo Penal Militar, que no seu artigo 9º o define:

**Código de Processo Penal Militar**

**Art. 9º** O inquérito Policial-Militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

**Parágrafo único.** São, porém, efetivamente instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizadas regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas neste Código.

As Polícias Civil e Federal não possuem competência para apurar os crimes militares, sendo esta atribuição exercida pela Polícia Judiciária Militar, constituída por autoridades militares e seus auxiliares. Ao tomar conhecimento da prática de um ilícito, a autoridade responsável pela área onde ocorreu o delito, por meio de portaria, determinará a abertura de Inquérito Policial-Militar (IPM).

É muito comum nas apurações dos crimes militares a utilização da faculdade de delegar a competência de polícia judiciária militar, ocorrendo a nomeação de um Oficial para apurar a autoria e a materialidade do fato. Caso o autor do ilícito seja conhecido, o Oficial nomeado deverá possuir posto ou patente acima do indiciado.

No caso de prisão em flagrante delito, o acusado deverá ser conduzido à presença da autoridade militar, ou Oficial, que esteja no exercício da função de Polícia Judiciária Militar, ou Oficial de serviço, se não forem os próprios a presenciarem o fato, o qual lavrará o auto de prisão na forma do Código de Processo Penal Militar, semelhante ao auto de prisão em flagrante lavrado em conformidade com o Código de Processo Penal, ouvindo-se o condutor, as testemunhas e o militar acusado, em tese, pela prática do ilícito.

O Inquérito Policial-Militar serve como peça informativa para que o promotor de justiça, se assim o entender, proponha perante a autoridade judiciária a competente

ação penal-militar. No Estado de São Paulo, os promotores que atuam na Justiça Militar pertencem ao Ministério Público Estadual. Diferentemente, na Justiça Militar Federal, são os Procuradores da República que exercem o múnus da acusação, os quais pertencem ao quadro do Ministério Público Militar Federal.

A forma pela qual se inicia o procedimento é a portaria da autoridade militar, conforme previsão no caput do artigo 10, do CPPM, quando:

- a) tomando conhecimento do cometimento de uma infração penal-militar na área territorial de sua competência, a autoridade militar atuará de ofício, respeitada a hierarquia do infrator;
- b) a autoridade receber determinação ou delegação de superior hierárquico, que em caso de urgência poderá ser através de meios de comunicação, devendo ser formalizada posteriormente;
- c) o Ministério Público requerer sua instauração;
- d) a parte ofendida ou seu representante legal requerer, ou por representação de pessoa autorizada de quem tenha conhecimento da infração penal, cuja repressão caiba à Justiça Militar;
- e) se verificar a existência de indícios de infração penal-militar, através de sindicância realizada em âmbito de competência militar;

A função precípua da Justiça Militar Estadual é realizar o julgamento dos policiais militares e dos bombeiros militares acusados da prática de crimes militares definidos em lei, conforme o art. 125, § 4º, da Constituição Federal. Esse é o mesmo artigo que define a incompetência da Justiça Castrense Estadual em processar um civil, mesmo que o ato praticado se caracterize crime militar. Portanto, em se vendo processado, o civil poderá propor um hábeas corpus para trancamento da ação penal-militar. Já à Justiça Militar Federal compete processar e julgar os militares federais, e também civis, caso estes venham praticar quaisquer crimes tipicamente militares ou impróprios, no interior de uma Organização Militar (OM), em uma área sujeita à administração militar, ou o propriamente militar, quando em co-autoria com um militar.



O IPM mantém as características principais semelhantes às do inquérito policial e, por isso, também é sigiloso, porém a Constituição Federal, de 1988, garantiu, conforme o artigo 133, que o advogado é indispensável à administração da justiça, seja dos Estados, da União ou das Justiças Especializadas, entre elas a Justiça Militar Estadual ou Federal, de maneira que as autoridades militares encontram-se sujeitas aos preceitos constitucionais sob pena da prática do crime de abuso de autoridade, previsto na Lei Federal nº. 4.898/65. O advogado não poderá ser cerceado do direito de ter acesso aos autos e, inclusive, extrair cópias das peças que considere essenciais para a defesa do seu constituinte. O Inquérito Policial-Militar não é um procedimento administrativo em que veda o direito do advogado acompanhá-lo; o sigilo mencionado no Código de Processo Penal Militar é relativo, e encontra-se sujeito aos dispositivos constitucionais e ao Estatuto da Advocacia.

Há de se observar que, além do sigilo, o Código de Processo Penal Militar dispõe, no seu artigo 17, sobre a possibilidade da autoridade militar decretar, durante o inquérito, a incomunicabilidade do acusado. Após a Constituição Federal de 1988, surgiram interpretações sobre sua revogação, porém entende-se que o dispositivo ainda está em vigor, respeitado o direito do advogado de comunicar-se reservadamente com o seu cliente. A autoridade militar não estará praticando o crime de abuso ao aplicar o dispositivo, já que o objetivo é o de garantir a vida de testemunhas, do indiciado, além da própria investigação, quando o seu objeto é de repercussão ou de extrema gravidade, quando houver a participação de autores sem identificação que possam colocar em risco a vida dos envolvidos, ou ainda suspeita de envolvimento do crime organizado. Lembrando que tais dispositivos imputam responsabilidade a todos os profissionais envolvidos no procedimento, cuja obrigação de não divulgar informações pode ser cobrada jurisdicionalmente, portanto o advogado que conhece do procedimento tem o dever de não permitir a ocorrência de vazamento de informações.

Quando ocorrer diligências para se colher provas durante a elaboração do Inquérito Policial-Militar, os atos poderão contar com a presença do indiciado juntamente como o seu advogado, porém não lhes serão permitido qualquer interferência durante os atos do presidente do IPM, de maneira que caso se julgue

subtraído de seus direitos ou que os princípios constitucionais sejam violados, poderá usar da palavra na forma do Estatuto da Advocacia.

As testemunhas, ao prestarem suas declarações, estarão compromissadas com o dever de dizer a verdade, já que suas alegações poderão subsidiar a defesa de um “culpado” ou, a acusação de um inocente que poderá se ver processado na Justiça Militar, de maneira que devem responder criminalmente por alegações inverídicas. Já o indiciado não está obrigado a responder às perguntas que lhe forem feitas, e a sua recusa não poderá ser entendida como violação ao preceito de falar à verdade, que é considerado transgressão disciplinar grave, mesmo porque se não existem alegações, não se pode formalizar uma acusação, uma vez que não se pode apreciar se o que foi dito é verdadeiro ou mentiroso, uma vez que não foi dito nada.

O fato de o Inquérito Policial-Militar ser inquisitivo não faculta a interpretação de que deva ser conduzido nos moldes da Idade Média; todo ato deverá estar alicerçado em previsão legal, devendo a autoridade militar que o preside, durante o seu curso, respeitar os princípios constitucionais que são assegurados a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, em atendimento ao art. 5º *caput*, e seus incisos. Havendo dúvida sobre a legalidade de um ato, esse ato não deve ser praticado com a justificação que na fase inquisitória o princípio é o do “*in dubio pro societa*”, uma vez que esse princípio se refere aos atos do indiciado e não da autoridade.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. *DIREITO MILITAR. História e Doutrina– artigos inéditos*. Florianópolis: AMAJME - Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, 2002, texto adaptado p.118 a 120

## CAPÍTULO 3

“Todo homem se submete às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação. Os que governam incutem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberá elogios, pois ela é o instrumento de Deus para conduzir ao bem. Se, porém, praticar o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: ela é o instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal”.

**Paulo de Tarso, aos Romanos.**

### 3 AUTORIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

No capítulo anterior, foi tratado sobre a evolução do Inquérito Policial-Militar no cenário mundial, passando pelos sistemas processuais até os dias atuais; o assunto a seguir trata das autoridades de polícia judiciária militar.

Ao longo dos anos, a Justiça Militar sofreu vários ataques durante processos que organismos de Direitos Humanos acompanhavam e exigiam resultados que lhes convinham. Esses ataques chegaram ao ápice de buscarem apoio da opinião pública para a extinção dessa justiça especializada.

Tendo em vista a dificuldade em conseguir a extinção dos Tribunais de Justiça Militar, usou-se a tática do esvaziamento de conteúdo a ser julgado por essa Justiça, de maneira a torná-la supérflua. Dessa forma, começou-se pelos crimes contra pessoa, transferindo a competência de julgar homicídios praticados por Policiais Militares para a Justiça Comum, muito embora nada tenha mudado para os militares federais, perdurando a competência desses delitos para a Justiça Militar Federal.

Alguns absurdos foram observados quanto à forma como foi alterada a competência para julgar os referidos delitos, tal como a inconstitucionalidade da norma que transferiu tal competência, a incoerência de idéias, os objetivos escusos sobre o bem comum que norteia a origem e a própria existência da norma penal-militar, além do visível preconceito contra a Justiça Militar e contra as Polícias Militares. Foi resolvido o problema quanto a sua inconstitucionalidade, haja vista a

alteração normativa por Emenda Constitucional nº. 45, mas ainda persistiu sua incoerência, já que o crime continuou militar, com a apuração realizada por meio de Inquérito Policial-Militar que é encaminhado à Justiça Militar, dela é remetido ao Tribunal de Justiça para que se inicie o processo e se veja julgado no Tribunal do Júri.

Como esse não é o tema central deste trabalho, não se pretende aprofundar no assunto, embora não possa deixar de fazer esses comentários na introdução do capítulo, já que da mesma forma se questionou o inquérito policial-militar, incutindo inúmeras críticas contra as Polícias Militares, que acabaram por adotar procedimentos norteadores mais rígidos, buscando dar transparência e credibilidade aos atos de polícia judiciária militar, além de aumentar a fiscalização sobre as autoridades militares quanto às providências adotadas nas ocorrências envolvendo policiais militares.

Toda essa preocupação das Polícias Militares sempre objetivou demonstrar a correção das atitudes e a rigidez dos atos praticados pelos comandantes, porém as normas e as orientações se voltaram à forma e pouco se discutiu quanto ao método, culminando por criar condições que tornaram mais cômodas a instauração do inquérito pela autoridade militar, do que correr o risco de justificar a sua não instauração, ato que posteriormente poderia ser questionado por autoridade superior, que interpretando de outra forma desacreditaria o julgamento originário, até mesmo provocando uma apuração disciplinar.

Com a evolução do conceito de Direitos e Garantias Individuais advindos da Constituição Federal de 1988, ocorreram inúmeras alterações normativas, algumas pela não recepcionalidade, e outras por, alteração legislativa, que afetou a legislação penal militar e processual penal militar, não ocorrendo, por enquanto, a revisão dos Códigos Penal Militar e Processual Penal Militar, sendo que estes continuam basicamente os mesmos, porém as interpretações sobre o assunto começaram a dificultar os atos até então tomados por comodidade, criando polêmica e dificultando a tomada de decisões da autoridade competente.

As autoridades que deixarem de instaurar um inquérito policial-militar ou, em virtude disso, fizerem qualquer indiciamento abusivo, poderão responder criminalmente por isso.

Agora vemos uma mudança de opinião, raras são as críticas referentes ao paternalismo ou corporativismo na fase investigatória do Inquérito Policial-Militar, mas não raras são as que tratam da extravagância com que ele é instaurado, ou ainda, quanto às circunstâncias de como se prende em flagrante delito no âmbito das Corporações Policiais-Militares. Embora as críticas nem sempre consideram que todo abuso certamente é apurado, haja vista o salutar acompanhamento do TJM, do MP e da OAB, exercido sobre os atos administrativos praticados pelas autoridades militares.

Há que se meditar que toda força de defesa militar está fundamentada e estruturada nos pilares da hierarquia e da disciplina. Aquele que os negligencia tende ao desleixo administrativo, e, por ser tão óbvia, a importância desses pressupostos é que as melhores forças militares são avaliadas pela observação quanto à rigidez da sua disciplina, a qual sustenta a hierarquia, baseando-se na *performance* profissional dos seus integrantes. Portanto, quanto mais técnica é a formação do homem maior será sua consciência e seu voluntarismo para com a disciplina e, dessa forma, maiores serão as exigências institucionais garantidoras da disciplina e da hierarquia. Não se pretende justificar qualquer ato abusivo que venha subtrair direitos e garantias; tal argumento visa tão-somente a esclarecer que a posição da autoridade militar é complexa por se limitar a uma linha tênue da competência, que fica comprimida de um lado pela força do Regulamento Disciplinar e da prevaricação, e do outro, pelo abuso de autoridade, o que vem exigir, a cada dia, um melhor preparo técnico do profissional que tem a incumbência do poder de polícia judiciária militar.

Além do que, a disciplina e a hierarquia não podem ser desculpas para a prática de atos extravagantes, já que mesmo o remédio certo para uma pessoa são sempre será nocivo; portanto, esse ato entrará em choque com os mesmos princípios da disciplina e da hierarquia, de forma que, além de não estar se buscando o bem tutelado, estará transgredindo-o.

Com respeito a esse assunto, o Ministério Público tem apontado para o exagero de alguns procedimentos, e tais observações não devem passar despercebidas, devem ser corridas em âmbito administrativo, de maneira a evitar que seja em âmbito jurisdicional, o que poderá gerar transtornos para quem praticou o ato, além de produzir danos que as indenizações somente poderão minimizar; para tanto, basta

tentar calcular quanto custa um dia de prisão indevida, já que um dia de vida perdido nunca mais é recuperado.

É tão óbvia a importância da hierarquia e da disciplina que é assunto tratado na própria Constituição Federal, ao serem colocados como bens jurídicos a serem tutelados por todas as instituições militares. Mário Mazagão aponta para algumas consequências advindas da observância da hierarquia e da disciplina na administração:

**A unidade de direção**, que trata da uniformidade com que a ordem emanada de autoridade superior se distribui em todos os níveis do órgão administrativo;

**A vigilância do superior sobre as atividades dos subordinados**, que trata da responsabilidade que compete ao superior para fiscalizar o cumprimento da ordem emanada;

**Faculdade de avocar qualquer caso da competência dos órgãos subordinados e de substituí-los**, ressalvado as exceções impostas em lei;

**Faculdade de revisão dos atos dos subordinados**, podendo a autoridade superior confirmá-los, modificá-los ou revogá-los, discricionariamente ou movido por recurso do interessado;

**Faculdade de atribuir penalidades aos subordinados**, dentro da sua competência;

**Faculdade de resolver conflitos de atribuições entre subordinados**, competindo à autoridade imediatamente superior aos conflitantes.<sup>30</sup>

Portanto, a autoridade não deve se afastar dos pressupostos da hierarquia e da disciplina e sim, seus atos devem nelas estar fundamentados de maneira que, sem subtraírem direitos ou garantias, venham eles respaldar a própria existência desses fundamentos.

### 3.1 AUTORIDADE ORIGINÁRIA

A previsão da polícia judiciária militar é encontrada na lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não a prevê tacitamente, porém em seu § 4º, do artigo 144, quando trata da competência de polícia judiciária por parte da Polícia Civil, excetua a

<sup>30</sup> MASAGÃO, Mário. *Curso de Direito Administrativo*, 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1977, p. 92

apuração das infrações penais-militares, deixando implícita a definição da competência dessa apuração aos organismos militares.

Cláudio Amin Miguel e Nelson Codibelli apresentam o seguinte entendimento a respeito da função de polícia judiciária militar:

[...] apenas excepcionalmente as Forças Armadas atuam como polícia judiciária militar, já que a sua destinação constitucional é a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.<sup>31</sup>

Por outro lado, Jorge César de Assis afirma que:

Pela própria característica do direito penal militar brasileiro, onde existe uma dualidade de infrações especiais (crimes própria e impropriamente militares), aliado ao fato de que a Administração Militar é sempre partícipe do pólo passivo da ação delituosa, vista sempre como grave ofensa à disciplina e à hierarquia, atividade de polícia judiciária militar de há muito deixou de ser excepcional para tornar-se rotineira tanto nas Forças Armadas quanto nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares.<sup>32</sup>

Não há intenção de parafrasear os autores, já que o eixo discursivo vem apontando para um entendimento de que a atividade de polícia judiciária militar e de investigação das infrações penais-militares é de importância ímpar para as instituições militares, haja vista essa função ser a ferramenta garantidora do bem jurídico tutelado pelas Organizações Militares, mas sim, a finalidade de demonstrar que existem outros pensadores que estão militando na área do Direito Militar, apresentando idéias e colocando-as em discussão.

O exercício da polícia judiciária militar está descrito no artigo 7º, do Código de Processo Penal Militar:

#### **Código de Processo Penal Militar**

**art. 7º** A polícia judiciária militar é exercida nos termos do art. 8º, pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

<sup>31</sup> MIGUEL, Cláudio Amin & COLDIBELLI, Nelson. Elementos de Direito Processual Penal Militar. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2000. p. 42

<sup>32</sup> DE ASSIS, Jorge César.(a) *Código de Processo Penal Militar Anotado* – Volume 1, 2ª edição – Revista e Atualizada. Curitiba: Editora Juruá, 2006. p. 32

- a) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro;
- b) pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, estejam sob sua jurisdição;
- c) pelos chefes de Estado-Maior e pelo secretário-geral da Marinha, nos órgãos, forças e unidades que lhes são subordinados;
- d) pelos comandantes de Exército e pelo comandante-chefe da Esquadra, nos órgãos, forças e unidades compreendidos no âmbito da respectiva ação de comando;
- e) pelos comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios;
- f) pelo secretário do Ministério do Exército e pelo chefe de Gabinete do Ministério da Aeronáutica, nos órgãos e serviços que lhes são subordinados;
- g) pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- h) pelos comandantes de forças, unidades ou navios;

Verifica-se no artigo 7º, do Código de Processo Penal Militar, a distribuição de atribuições para cada autoridade militar, o que deve ser adaptado conforme as alterações de denominações de cargos sofridas ao longo de tempo, desde a edição do Código de Processo Penal Militar, e por nele não ter sido estabelecida a equiparação com as autoridades estaduais. Portanto, na previsão de Ministros, adapta-se para Comandantes da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica; de Estado-Maior das Forças Armadas, para Estado-Maior da Defesa; como as autoridades da letra “h” estão definidas de forma genérica: “Comandantes de Forças”, entendem-se os Comandantes Gerais das Polícias e Bombeiros Militares, além dos demais Comandantes de Unidades.

O Código de Processo Penal Militar não se afasta da hierarquia quando estabelece os níveis de competência às autoridades, baseando-se segundo o escalão hierárquico-militar; portanto, conforme a disposição normativa, essas autoridades estão investidas do poder de polícia judiciária militar, e somente por meio delas o Inquérito Policial-Militar se inicia, podendo ser por julgamento próprio, por determinação de autoridade superior, por requisição da Justiça Militar ou do Ministério Público, conforme o artigo 10:



**Art. 10.** O inquérito é iniciado mediante portaria:

- a) de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator;
- b) por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica ou radiotelefônica e confirmada, posteriormente, por ofício;
- c) em virtude de requisição do Ministério Público;
- d) por decisão do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 25;
- e) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja repressão caiba à Justiça Militar;
- f) quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal militar.

Qualquer que seja a razão que origine a instauração do Inquérito Policial-Militar, a motivação para os atos das autoridades militares deve ser interpretada como primordial para sua sustentação, como se justificasse antecipadamente a não-ocorrência de abuso, embora não basta demonstrar a legalidade do ato, ele também tem que atender à ética militar e ao princípio da moralidade. Essa observação demonstra a qualidade profissional da autoridade que praticou o ato, dando credibilidade a sua decisão.

Uma vez que compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares; prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas; cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar; representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado; cumprir as determinações da Justiça Militar, relativa aos presos sob sua guarda e responsabilidade; solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo; requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial-militar; atender, com observância dos regulamentos militares, a pedido de apresentação de militar ou funcionário de repartição militar à autoridade civil

competente, desde que legal e fundamentado o pedido; deverá a autoridade militar estar atenta às ações que lhe compete praticar antes mesmo de decidir por iniciar o Inquérito Policial-Militar, conforme o artigo 12:

**Código de Processo Penal Militar:**

**art. 12.** Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal militar, verificável na ocasião, a autoridade a que se refere o § 2º do art. 10 deverá, se possível:

- a) dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário;
- b) apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato;
- c) efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244;
- d) colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

O Inquérito Policial-Militar não é um procedimento que exige uma ação imediata para que se inicie. Atendendo ao prescrito no artigo 12, terá material para formar sua convicção, mas se ainda pairar dúvidas sobre a ocorrência ou não de crime, se é militar ou não, ou sobre sua autoria, a autoridade poderá proceder uma investigação preliminar ou mesmo uma sindicância regular, para que se possa formar juízo e decidir sobre o ato a ser praticado. É de bom alvitre que qualquer ato preliminar praticado seja formalizado, por meio de uma ordem de serviço, ofício ou qualquer outro documento, e que seu resultado redunde em um relatório que subsidie sua decisão, objetivando qualquer questionamento sobre quais providências adotou ao tomar conhecimento dos fatos, uma vez que o exercício de polícia judiciária militar não é faculdade, mas sim dever de ofício da autoridade militar:

**Ementa:** Em sendo crime de natureza militar, a lavratura do auto de prisão em flagrante incumbe à autoridade de polícia judiciária militar (art. 7º e 8º, e 243 a 253 do CPPM), e não à Polícia Civil; para onde a ocorrência foi indevidamente encaminhada.

Comandante de Unidade, Oficial de serviço e Guarnição PM que se omitem na adoção das medidas de polícia judiciária impostas por lei e por instruções do Comando da Corporação (NI nº. 038/BM/EM BM/99), dando causa direta à prática de atos prejudiciais à Administração Militar e à Justiça, viola em tese o art. 324 do Código Penal Militar.

Pedido de correção acolhido, determinando a remessa dos autos ao eminente Dr. Procurador-Geral de Justiça (CPPM, art. 397). Unânime. (TJM/RS – Correção Parcial 999/02, Rel. Juiz Cel Antonio Carlos Maciel Rodrigues).<sup>33</sup>

Portanto são de suma importância as ações preliminares tomadas pela autoridade militar, que deverão ser balizadas na previsão legal, e os fatos interpretados corretamente no momento da argumentação motivadora da abertura do Inquérito Policial-Militar. É em virtude disso que se procura demonstrar que a investigação preliminar não é mera formalidade, mas sim um procedimento sumaríssimo que “*ad cautela*” objetiva a constatação de indícios de crime militar, devendo em seu encerramento ser relatado o cumprimento do artigo 12, do CPPM, garantindo uma decisão segura da autoridade militar, evitando desgastes institucionais:

**Inquérito Policial, Falta de Justa Causa.**

Por falta de justa causa, a Turma deferiu hábeas corpus para determinar o trancamento de inquérito Policial-Militar instaurado contra o paciente pela suposta prática dos crimes de calúnia e injúria em face de militares da Academia da Força Aérea. Tratava-se, na espécie, de aluno da Escola de Cadetes da Força Aérea que tivera seu pedido de readmissão em curso de formação denegado, havendo ajuizado, por meio de advogado, medida cautelar, a qual servira de base para a instauração do mencionado inquérito policial. A Turma considerou que o Advogado apenas narrou os fatos a fim de proceder à defesa de seu cliente, não havendo utilizado expressões atentatórias contra a honra dos militares da Força Aérea, salientando, ainda, que, ao paciente não pode ser imputada ofensa que, se existe, teria sido praticada por seu advogado no exercício profissional.

(STF – 1ª Turma – HC81.482, REL. Mm. Ilmar Galvão, j. em 16.4.2002, Informativo STF n. 264).<sup>34</sup>

Convencido da existência de indícios de cometimento de crime militar, a autoridade militar decidirá pela instauração do Inquérito Policial-Militar, quando deverá designar o escrivão (artigo 11), função que deve recair em um segundo ou primeiro tenente, nos casos onde o indiciado seja oficial; e recairá em um sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.

<sup>33</sup> DE ASSIS, Jorge César.(a) *Código de Processo Penal Militar Anotado* – Volume 1, 2ª edição – Revista e Atualizada. Curitiba: Editora Juruá, 2006. p. 36

<sup>34</sup> *Ibidem*. p. 37

A autoridade originária poderá prosseguir na presidência do procedimento ou, de pronto, no ato da portaria, delegar as funções de polícia judiciária militar transferindo a competência apuratória, ressaltando que ao final das investigações o procedimento retornará relatado pela autoridade delegada, cabendo-lhe emitir formalmente a solução que poderá concordar ou não com o relatório, a partir do qual se remete os autos à Justiça Militar.

### 3.2 AUTORIDADE DELEGADA

Delegar significa investir na faculdade de obrar; transmitir poderes; incumbir, encarregar, enviar alguém com poderes de julgar, resolver, obrar.<sup>35</sup>

A autoridade militar originária tem a faculdade de apurar ou delegar a competência apuratória, conforme se vê nos parágrafos do artigo 7º, do CPPM, acabando por ser regra geral na atividade de polícia judiciária militar:

#### **Código de Processo Penal Militar:**

##### **art. 7º**

[...]

##### **Delegação do exercício**

§ 1º Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições enumeradas neste artigo poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.

§ 2º Em se tratando de delegação para instauração de inquérito Policial-Militar, deverá aquela recair em oficial de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.

§ 3º Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

§ 4º Se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, não prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.

##### **Designação de delegado e avocamento de inquérito pelo ministro**

§ 5º Se o posto e a antiguidade de oficial da ativa excluïrem, de modo absoluto, a existência de outro oficial da ativa nas condições do § 3º, caberá ao ministro competente a designação de oficial da reserva de

<sup>35</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª ed. São Paulo: Editora Gamma, 1986.

posto mais elevado para a instauração do inquérito Policial-Militar; e, se este estiver iniciado, advocá-lo, para tomar essa providência.

É importante salientar que o Código de Processo Penal Militar não deixa dúvidas quanto à definição de quem é a autoridade de polícia judiciária militar, muito menos quem pode receber a delegação da competência apuratória que deve recair sobre um Oficial da ativa; devendo ser superior ou mais antigo se o indiciado for Oficial, podendo ser Oficial da reserva se não houver da ativa superior ou mais antigo que o indiciado, porém se o indiciado for Oficial da reserva não prevalecerá a antiguidade no ato da delegação. Ainda resta a constante observância da possibilidade de surgir uma nova suspeita de autoria e recair sobre um Oficial de maior posto ou mais antigo que o encarregado do Inquérito Policial-Militar. Nesse caso, o encarregado deverá encerrar sua participação, relatando todas as providências adotadas e suas convicções à autoridade delegante, a qual providenciará nova delegação.

Deverá a autoridade delegada, de imediato, verificar na Portaria de instauração do Inquérito Policial-Militar se o escrivão foi designado, caso contrário será seu primeiro ato, conforme preceitua o artigo 11, do CPPM:

**Código de Processo Penal Militar:**

**art. 11.** A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.

Já o primeiro ato do escrivão é o de prestar compromisso na conformidade do parágrafo único, do artigo 11:

**Compromisso legal**

**Parágrafo único.** O escrivão prestará compromisso de manter o sigilo do inquérito e de cumprir fielmente as determinações deste Código, no exercício da função.

O objetivo do compromisso do escrivão vai além do fato de que deve manter o sigilo do inquérito, porém deve-se lembrar que a reserva prevista legalmente só menciona que o escrivão será sargento, subtenente ou suboficial, quando o indiciado

for Praça; e segundo ou primeiro-tenente quando se tratar de Oficial, não existindo qualquer obrigação que o escrivão seja de maior posto ou mais antigo que o indiciado, de forma que há necessidade do compromisso para o resguardo da disciplina e da hierarquia. Nesse caso, pode o escrivão, em tese, incorrer no cometimento do crime do artigo 230, do CPM, violação do sigilo profissional, se a revelação resultar dano a outrem. Por outro lado, o Código de Processo Penal Militar proibiu o escrivão de testemunhar sobre fatos que venha ter conhecimento na fase que atuou como escrivão, conforme o artigo 355.<sup>36</sup>

### 3.3 ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

O encarregado do Inquérito Policial-Militar estará investido da competência de polícia judiciária militar, a qual está prevista no artigo 8º, do CPPM, devendo, preliminarmente, verificar se as medidas prescritas no artigo 12 foram tomadas, caso contrário deverá tomá-las e, a partir daí, conforme determina o artigo 13, deve ouvir: o ofendido; o indiciado; testemunhas; proceder a reconhecimento de pessoas e coisas; fazer acareações; determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outros exames e perícias; determinar a avaliação e identificação da coisa subtraída, desviada, destruída ou danificada, ou da qual houve indébita apropriação; tomar as medidas necessárias destinadas à proteção de testemunhas, peritos ou do ofendido, quando coactos ou ameaçados de coação que lhes tolha a liberdade de depor ou a independência para a realização de perícias ou exames.

Deverá, ainda, proceder a buscas e apreensões quando fundadas razões a autorizarem, para prender criminosos; apreender coisas obtidas por meios criminosos ou guardadas ilicitamente; apreender instrumentos de falsificação ou contrafação; apreender armas e munições e instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; descobrir objetos necessários à prova da infração ou à defesa do acusado; apreender correspondência destinada ao acusado ou em seu poder,

---

<sup>36</sup> DE ASSIS, Jorge César.(a) *Código de Processo Penal Militar Anotado* – Volume 1, 2ª edição – Revista e Atualizada. Curitiba: Editora Juruá, 2006. p. 45.

quando haja fundada suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; apreender pessoas vítimas de crime; colher elementos de convicção.

O encarregado não pode se limitar a tomar o depoimento das partes envolvidas nos fatos, deve ir além do que prescreve o CPPM, estabelecendo um roteiro inteligente para ouvir cada um deles, de maneira que as respostas venham trazer sustentação às hipóteses levantadas na elaboração da estratégia. Todas as perguntas deverão ser preparadas antes de iniciar as formalidades, além de uma seqüência de perguntas que poderão ou não serem formuladas, dependendo da resposta obtida pela pergunta anterior, caracterizando com isso uma ação tática de investigação, como exemplo:

FATO		ROUBO		
PERGUNTAS SOBRE O AUTOR				
PERGUNTA	Você pode reconhecer o autor do delito?			
RESPOSTA ESPERADA	Posso.		Não.	
PERGUNTA	Quem é o autor?		Quais as características do autor?	
RESPOSTA ESPERADA	É fulano de tal.	Não sei o nome dele.	<b>Do geral para os detalhes:</b> Raça. Altura. Peso. Cabelo. Compleição física. Voz. Olhos, nariz, boca, orelhas, queixo, testa, cicatrizes.	Não me lembro – Estava com o rosto coberto <b>Características gerais:</b> Raça. Altura. Peso. Cabelo. Compleição física. Voz.
PERGUNTA	Perguntas sobre o paradeiro:  Onde mora? Onde moram parentes ou amigos? Onde mora a mulher ou namorada? Sabe onde freqüenta?	Perguntas para identificá-lo:  Conhece algum amigo ou parente? Conhece a mulher ou namorada (atual ou antiga)?	Perguntas para identificá-lo + paradeiro:  Conhece algum amigo ou parente? Conhece a mulher ou namorada (atual ou antiga)? Sabe onde freqüenta?	Perguntas para identificá-lo + paradeiro:  Conhece algum amigo ou parente? Conhece a mulher ou namorada (atual ou antiga)? Sabe onde freqüenta?
PERGUNTAS SOBRE O MOMENTO DA PRÁTICA DO DELITO				
PERGUNTA	As perguntas devem ser orientadas para identificar o tempo em que ocorreu o fato, pois identificar o momento em que se encontrava cada um dos envolvidos vise destruir possíveis álbis, já que todos os álbis usam como método a desconexão do tempo e espaço entre o envolvido e o fato.			
PERGUNTAS SOBRE O LOCAL DA PRÁTICA DO DELITO				
PERGUNTA	As perguntas devem ser orientadas de maneira a conduzir a ocorrência no espaço, identificando o modo como ocorreu o fato: mais tarde com outras informações, estabelecer como agiu cada um dos envolvidos			



PERGUNTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DA PRÁTICA DO DELITO	
PERGUNTA	As perguntas devem ser orientadas para identificar os instrumentos utilizados, bem como a ligação entre eles e o autor

PERGUNTAS SOBRE OS BENS SUBTRAÍDOS	
PERGUNTA	As perguntas devem ser orientadas para identificar os bens subtraídos, bem como a ligação entre eles e o autor

**QUADRO 01-** Estrutura de Questionamento

O exemplo usado tem o objetivo de demonstrar que se o encarregado não preparar uma estrutura de questionamento, a possibilidade de ficar sem resposta para dúvidas simples é grande, não sendo rara a reconvocação para nova oitiva por deixar de fazê-la corretamente. Além disso, preparando uma estrutura de questionamento, à medida que as perguntas se tornam complexas, os detalhes das respostas já serão esperados, não passando despercebidos e, estando a resposta incompleta, o encarregado reperguntará garantindo a qualidade da oitiva.

Quando preparar a estrutura de questionamento, não poderá esquecer de considerar o que discorre o artigo 311, do CPPM:

**Código de Processo Penal Militar:**

**art. 311.** Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.

**Parágrafo único.** Se, notificado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, poderá ser conduzido à presença da autoridade, sem ficar sujeito, entretanto, a qualquer sanção.

De igual maneira, caso tenha que tomar o depoimento do ofendido em domicílio distante, de maneira que não lhe permita fazê-lo pessoalmente, com a elaboração da estrutura de questionamento ficará mais fácil montar a seqüência de quesitos, permitindo que a autoridade requisitada consiga compreender os motivos dos quesitos e garanta a resposta adequada. A requisição de precatório encontra respaldo no artigo 361:

**Código de Processo Penal Militar:**

**Art. 361.** No curso do inquérito policial-militar, o seu encarregado poderá expedir carta precatória à autoridade militar superior do local



onde a testemunha estiver servindo ou residindo, a fim de notificá-la e inquiri-la, ou designar oficial que a inquirir, tendo em atenção as normas de hierarquia, se a testemunha for militar. Com a precatória, enviará cópias da parte que deu origem ao inquérito e da portaria que lhe determinou a abertura, e os quesitos formulados, para serem respondidos pela testemunha, além de outros dados que julgar necessários ao esclarecimento do fato.

**Parágrafo único.** Da mesma forma, poderá ser ouvido o ofendido, se o encarregado do inquérito julgar desnecessário solicitar-lhe a apresentação à autoridade competente.

Os indícios de autoria nem sempre são suficientes para um indiciamento e não há necessidade de fazê-lo no início do Inquérito Policial-Militar, porém identificada a autoria o indiciamento é inevitável.

O importante é que não se inicie um Inquérito Policial-Militar, muito menos que se indicie uma pessoa, sujeitando-a ao procedimento inquisitorial que lhe imputa, em tese, responsabilidade criminal, sem que haja um argumento bem fundamentado, **motivando-o** com arrazoamento baseado em circunstâncias concretas; por essa circunstância é que se defende a realização de investigação preliminar. Posicionamento interessante se vê na citação de Ronaldo João Roth:

Cremos, portanto, que o trabalho de Polícia Judiciária Militar deve vir precedido, sempre que possível, de procedimento disciplinar, o que lhe dará maior qualidade e, sem dúvida alguma, não levará ao cometimento de excessos e abusos tão constantes, desgastando, desnecessariamente, não só a Administração militar, mas também a Justiça Castrense.<sup>37</sup>

Julgando necessário determinar os detalhes quanto à forma como foi praticada a infração penal, a autoridade poderá promover a reconstituição dos fatos, desde que não contrarie a moralidade ou a ordem pública, nem atente contra a hierarquia ou a disciplina militar, em conformidade com o parágrafo único, do artigo 13, do CPPM.

O inquérito deverá terminar dentro de vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito. O prazo poderá ser prorrogado por mais vinte dias pela

<sup>37</sup> ROTH, Ronaldo João. *(b) Temas de Direito Militar, 1ª edição*. São Paulo: Editora Suprema, 2004. p. 107.

autoridade militar superior, desde que não estejam concluídos exames ou perícias já iniciados, ou haja necessidade de diligências, indispensáveis à elucidação do fato, devendo a autoridade fazer o pedido em tempo oportuno, de modo a ser atendido, antes do término do prazo.

## CAPÍTULO 4

“A palavra foi dada ao homem para explicar os seus pensamentos, e assim como os pensamentos são os retratos das coisas, da mesma forma as nossas palavras são retratos dos nossos pensamentos”.

**Jean Molière**

### 4 CLASSIFICAÇÃO DO DELITO

Após análise e discussão sobre as autoridades e suas atribuições no Inquérito Policial-Militar, realizada no capítulo anterior, muito embora o assunto ainda trate das atribuições das autoridades militares envolvidas, em virtude da importância para a realização dos procedimentos de apuração da infração penal, sua abordagem específica foi contemplada com um novo capítulo.

A classificação do tipo penal tem três momentos distintos, os quais devem ser observados pela autoridade policial-militar no momento em que estiver formalizando o ato de instauração do Inquérito Policial-Militar.<sup>38</sup>

Em primeiro lugar, deverá elaborar a **descrição do fato**, quando serão juntadas ao texto todas as informações disponíveis, todos os dados, todos os documentos, solicitações de exames e os resultados de exames já disponibilizados, de maneira a preparar o alicerce para a construção argumentativa que virá a seguir. Ou seja, esta fase enseja a elaboração de um relatório sobre a investigação realizada preliminarmente, a partir do momento em que a autoridade toma conhecimento do fato.

Quando se tratou do inquérito, verificou-se que no artigo 9º do Código de Processo Penal Militar, este se encontrava conceituado:

#### **Código de Processo Penal Militar:**

**art. 9º** O inquérito Policial-Militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

---

<sup>38</sup> ROTH, Ronaldo João. (b) Op. Cit. p. 177.

Ao analisar o conceito do IPM, deve-se observar que o seu objetivo é a apuração de fato que se configure como crime militar e a importância dessa observação visa compreender o pensamento equivocado que tem norteado a praxe militar, quando evita de apontar efetivamente qual o crime que se está apurando, deixando a tipificação para o Ministério Público, como se o ato ofendesse ao Promotor Público, uma vez que lhe cabe a acusação, não ultrapassando, a autoridade, a primeira fase da classificação.

Segundo o mestre Fernando da Costa Tourinho Filho, quando trata do inquérito policial, desde a sua idealização, o inquérito se apresenta como instrumento apuratório escrito que deve ser seguido de uma série de diligências:

Foi, contudo, com a Lei n. 2.033, de 20-9-1871, regulamentada pelo Decreto-lei n. 4.824, de 28-11-1871, que surgiu, entre nós, o inquérito policial com essa denominação, e o art. 42 da referida lei chegava inclusive a defini-lo: “*O inquérito policial consiste em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo se reduzido a instrumento escrito*”.

[...] Essa investigação, ou, se quiserem, essa primeira atividade persecutória do Estado, que, grosso modo, é realizada pela Polícia Judiciária, é informada de uma série de diligências, tais como: buscas e apreensões, exames de corpo de delito, exames grafoscópicos, interrogatórios, depoimentos, declarações, acareações, reconhecimentos que, reduzidos a escrito ou datilografados, constituem os autos do inquérito policial.<sup>39</sup>

Ele faz ainda uma observação muito interessante quando diz que o artigo 144, § 1º, IV e § 4º, da Constituição Federal, distingue as funções de apurar as infrações penais com as de polícia judiciária, ou seja, uma coisa é investigar, que se trata da função da polícia repressiva; e outra, é o inquérito policial, função da polícia judiciária. Como o texto se refere às funções da Polícia Civil, por analogia, pode-se dizer que as medidas investigativas preliminares são ações previstas constitucionalmente como função da polícia investigativa, portanto não se poderia dizer que a autoridade policial-militar estaria prevaricando em retardar, por um

---

<sup>39</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Op. Cit. p. 194.

determinado tempo, a instauração do Inquérito Policial-Militar, desde que seu ato seja motivado formalmente:

[...] de investigar o fato típico e apurar a respectiva autoria. É o conceito que se infere do art. 4º do Código de Processo Penal. Contudo, o art. 144, § 1º, IV e § 4º, da Constituição Federal distingue as funções de apurar as infrações penais e as de Polícia Judiciária.<sup>40</sup>

Muito embora se defenda que uma investigação preliminar seja uma atitude que demonstra o grau de preocupação da autoridade, ela não pode ser usada com objetivo de procrastinar o ato de instauração do Inquérito Policial-Militar. O seu objetivo é o de fazer um levantamento de informações que permitam identificar com mais correção a existência ou não de indícios de crime, além de propiciar informações para qualificá-lo como comum ou militar. De igual entendimento, muito embora a letra “F”, do artigo 10, do Código de Processo Penal Militar, diga que haja instauração de IPM quando o resultado de sindicância feita em âmbito da administração militar aponte para a ocorrência de indícios de crime militar, não é correta a instauração de sindicância quando a autoridade já tenha conhecimento e informações que indiquem tais indícios, devendo, nesse caso, instaurar o IPM.

Portanto, é um ato importante da autoridade originária a produção de uma investigação preliminar, que atenda no mínimo o previsto no artigo 12, do Código de Processo Penal Militar, que, ao final, lhe possibilite condições de qualificar o fato como crime, crime militar ou inexistência de indício de crime, decidindo pela instauração ou não do Inquérito Policial-Militar. Dessa forma, deverá se dirigir ao local do fato, isolá-lo, guardando-o para que se não alterem o estado e a situação das coisas, colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, identificar os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato, os quais serão apreendidos, caso seja instaurado o IPM e efetuar a prisão do infrator em se constatando o flagrante delito. Em sendo essas ações delegadas a Oficial que esteja em serviço, ao final, este deverá relatar todas as ações tomadas e,

---

<sup>40</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Op. Cit. p. 195.

principalmente, suas impressões sobre o fato ocorrido, propiciando à autoridade de polícia judiciária militar efetivar sua decisão.

#### **4.1 TIPIFICAÇÃO NAS PORTARIAS DE IPM**

A autoridade de polícia judiciária militar deverá ter, em suas mãos, todas as informações coletadas sobre o fato, analisando-o à luz da legislação penal comum e penal militar, verificando se há previsão da conduta analisada como uma conduta delituosa e concluir pela existência ou não de crime. Ao final da análise, ter-se-á como resultado que a conduta:

- a) não é conduta delituosa;
- b) é crime previsto no Código Penal;
- c) é crime previsto no Código Penal Militar.

No primeiro caso, a autoridade decidirá pela não instauração do Inquérito Policial-Militar, arquivando a documentação que trouxe o fato ao seu conhecimento.

No segundo, ao se constatar que é crime comum, a autoridade deverá encaminhar todos os elementos envolvidos na prática da conduta delituosa: o autor, testemunhas etc., à autoridade civil competente para lavrar o inquérito policial.

No último, constatado que a conduta comissiva ou omissiva encontrada tem previsão no Código Penal Militar e está em conformidade com o seu artigo 9º, determinará a devida instauração do Inquérito Policial-Militar.

Resta, ainda, à autoridade militar, nos três casos, o dever de apreciar o fato administrativamente, já que existe a possibilidade de se tratar de transgressão disciplinar, que também é uma violação, porém na sua manifestação elementar e simples, e, dessa forma, independente de ser ou não crime ou crime militar, ainda pode se enquadrar em alguma previsão do Regulamento Disciplinar.

Convencida da existência de indícios do cometimento de crime militar, a autoridade, por meio de portaria, determina a instauração do Inquérito Policial-Militar,

devendo descrever pormenorizadamente o caso fático, a conexão do fato a um tipo penal-militar e as condições impostas no artigo 9º, do Código Penal Militar.

Portanto é da competência da autoridade de polícia judiciária militar identificar a infração cometida, qualificando-a como crime militar e tipificá-la de maneira que a direção tomada nas investigações seja formalizada na portaria. Esse ato é importante por que motiva a decisão, e a motivação é um dos requisitos do ato administrativo, já que o inquérito é um procedimento administrativo, e a portaria é um ato administrativo, conforme discorrem Guilherme de Souza Nucci, José da Silva Loureiro Neto e Hely Lopes Meirelles:

[...] inquérito policial: trata-se de um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo [...] <sup>41</sup>

O inquérito policial constitui instrução provisória, procedimento administrativo [...] <sup>42</sup>

Portarias são atos administrativos internos pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidor para funções e cargos secundários. Por portaria também se iniciam sindicância e processos administrativos. <sup>43</sup>

Entende-se, portanto, que se a autoridade de polícia judiciária militar determina a instauração de um inquérito para apurar um crime, o mínimo a fazer é dizer que o crime está sendo apurado.

Ainda, na elaboração da portaria que determina a instauração do Inquérito Policial-Militar, há que se apontar para a inconveniência do indiciamento no ato administrativo da portaria, isto porque o inquérito, por si só, é o instrumento que estará apurando o crime e sua autoria, de maneira que deverá apontar o indiciado, lembrando que, ao longo das investigações, todo o conhecimento sobre a prática do delito pode sofrer alterações, dirigindo a suspeição a outros envolvidos ou a pessoas que nem figuravam inicialmente no momento do auto.

<sup>41</sup> **NUCCI**, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 6ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2007. p. 62.

<sup>42</sup> **LOUREIRO NETO**, José da Silva. *Processo Penal Militar*. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000. p. 14.

<sup>43</sup> **MEIRELLES**, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 22ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 1997. p. 167.

## 4.2 DESPACHO INDICIATÓRIO

Indiciar é o termo que designa o ato de apontar para o indivíduo indícios de praticar uma conduta encontrada na norma adjetiva, como previsão de conduta inaceitável pela sociedade, portanto considerada delitiva.

O praticante da conduta é denominado indiciado e se torna o mais importante dos elementos que compõem o objeto de investigação do inquérito policial.

Alguns autores entendem que toda vez que se aponta a prática de uma conduta delitiva a um suspeito, surge a necessidade de instauração de Inquérito Policial-Militar, de maneira que, em não havendo suspeito a ser indiciado, não se justifica a instauração do inquérito policial.

Apregoar para a inconveniência do indiciamento de um suspeito no ato administrativo da portaria que instaura o IPM, é um pensamento contrário à interpretação de muitas autoridades que não entendem haver inquérito sem indiciado. Muito embora o fato de não haver suspeito a ser indiciado permita um período maior para uma investigação preliminar que visa fornecer dados para a instauração do procedimento, há que se entender que o inquérito dá competência para a autoridade tomar determinadas atitudes e formalizar cada uma delas em auto que o Ministério Público tomará conhecimento.

Ouvir as testemunhas é o maior exemplo, pois em uma investigação estas são ouvidas oralmente, mas se fosse instaurado o inquérito policial, os depoimentos teriam de ser por escrito. Em primeiro lugar, a testemunha teria que comparecer à sede da OPM, onde seria ouvida, sendo que a competência para obrigar o seu comparecimento, por meio de intimação, é dada pelo Código de Processo Penal Militar. Em segundo lugar, ela seria ouvida a termo sem o compromisso de dizer a verdade, já que esse compromisso só ocorre na fase pré-processual, com previsão na mesma norma substantiva, o que obrigaria a autoridade policial-militar instaurar o IPM. Há que se registrar que um Inquérito Policial-Militar arquivado, sem indiciamento, tem maior valor que uma mera investigação, além do que, passado um determinado período e, por algum meio, se descubra um suspeito, os atos para produzir o inquérito poderiam estar prejudicados, chegando à impossibilidade de formação de provas. Por outro lado, uma



investigação e um inquérito realizados próximos do período de ocorrência da infração penal teriam maior chance de juntar provas para sustentação de uma acusação.

Dentro do contexto possível no IPM, há de se distinguir a autoria confirmada pelas investigações, a autora descoberta pelas investigações e a autoria não descoberta pelas investigações. Apenas nas duas primeiras haverá o indiciamento e, ainda assim, como se falou, se comprovada a ocorrência de crime.<sup>44</sup>

A assertiva do autor vem à tona demonstrando que, mesmo sem declarar diretamente, pode-se entender haver inquérito sem indiciamento.

Em se instaurando um Inquérito Policial-Militar sem indiciamento, a responsabilidade do ato fica para a autoridade delegada, mesmo porque o indiciamento é apontar para aquele que a autoridade policial se convenceu de ser o suspeito pela prática da conduta delitiva, culminando por entregar ao Ministério Público seu convencimento e sua argumentação, sustentando que seja acusado formalmente. Portanto, nada melhor que seja realizado por aquele que presidiu todos os feitos de polícia judiciária militar.

O ato do indiciamento deve ser formalizado por meio de um **despacho indiciatório**, no qual a autoridade policial-militar faz constar nos autos à condição de suspeito da prática da infração penal e determina que seja ouvido em auto de interrogatório.

[...] Tal ato é revestido de formalidade e isso se deve ao fato de que pode afetar negativamente a vida das pessoas. Sendo exercido de forma arbitrária, pode caracterizar-se, dentre outras coisas, como uma ofensa aos direitos do cidadão ou até às liberdades públicas. Assim, é imprescindível que o ato obedeça aos seguintes pressupostos: a) existência de uma infração penal, repelida no ordenamento jurídico; b) fundada suspeita de que o indiciado seja o autor do crime, tudo evidenciado por provas sustentáveis; c) não ter agido o indiciado em excludente de ilicitude.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> ROTH, Ronaldo João.(b) Op. Cit. p. 178.

<sup>45</sup> SIRINO, Sérgio Inácio & GIOSTRI, Hidelgard Taggesell, 2001. apud DE ASSIS, Jorge César. (a) Op. Cit. p. 46-47.

No despacho indiciatório, a autoridade deve relatar as causas que conduziram a decisão em questão, de maneira que tais causas apontem a direção do interrogatório. Vale lembrar que o despacho indiciatório foi disciplinado como instituto que compõe o inquérito policial realizado pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio da Portaria nº. 18, de 25 de novembro de 1998.<sup>46</sup>

Muito embora a condição de indiciado aponte indícios da prática de crime para uma ou mais pessoas, isto não retira seus direitos e garantias, que deve ser do conhecimento e da preocupação da autoridade de polícia judiciária militar.

**Inquérito policial. Unilateralidade. A situação jurídica do indiciado.** O inquérito policial, que constitui instrumento de investigação penal, qualifica-se como procedimento administrativo destinado a subsidiar a atuação persecutória do Ministério Público, que é, enquanto *dominus litis* – o verdadeiro destinatário das diligências executadas pela Polícia Judiciária. A unilateralidade das investigações preparatórias da ação penal não autoriza a Polícia Judiciária a desrespeitar as garantias jurídicas que assistem ao indiciado, que não mais pode ser considerado mero objeto de investigações. O indiciado é sujeito de direitos e dispõe de garantias, legais e constitucionais, cuja inobservância pelos agentes do Estado, além de eventualmente induzir-lhes a responsabilidade penal por abuso de poder, pode gerar a absoluta desvalia das provas ilicitamente obtidas no curso da investigação policial. (STF – 1ª Turma – Rel. Min. Celso de Mello – DJU 04.10.1996, p. 37.100)<sup>47</sup>

**Indiciado. Interrogatório. Presença de defensor.** A nova Constituição do Brasil não impôs à autoridade policial o dever de nomear defensor técnico a indiciado, especialmente quando da realização de seu interrogatório na fase inquisitiva do procedimento de investigação. A Lei Fundamental da República simplesmente quando preso, assegurou ao indiciado a possibilidade de fazer-se assistir, especialmente quando preso, por defensor técnico. A Constituição não determinou, em consequência, que a autoridade policial providenciasse assistência profissional, ministrada por advogado, ao indiciado preso. Nada justifica a assertiva de que a realização do interrogatório policial, sem que ao ato esteja presente o defensor técnico do indiciado, caracteriza comportamento ilícito do órgão incumbido, na fase pré processual, da persecução e da investigação penais. A confissão policial feita por indiciado desassistido de

<sup>46</sup> Matéria publicada na Revista Brasileira de Ciências Criminais nº 26, p. 348/351. apud. ROTH, Ronaldo João. (c) Op. Cit. p. 6-7.

<sup>47</sup> DE ASSIS, Jorge César. (a) Op. Cit. p. 48.

defensor não ostenta, por si mesma, natureza ilícita. (STF – 1ª Turma – Rel. Min. Celso de Mello – DJU 14.08.1992, p. 12.227) <sup>48</sup>

Também não se poderá esquecer que a legislação disciplina o inquérito policial com o objetivo de garantir um bom trabalho investigativo da Polícia.

Há que se entender que o objetivo do Inquérito Policial-Militar é apurar se o fato realmente aconteceu, como ele aconteceu, quem o praticou, como foi essa participação e quem presenciou. De forma que o inquérito somente será coroado de êxito se conseguir, em se tratando de que o fato aconteceu, apontar para o autor do delito, motivando sua argumentação de forma técnica e de maneira que forneça todos os elementos para a persecução criminal em fase processual. Portanto, é incumbência de suma importância o indiciamento no Inquérito Policial-Militar, ato que deve ser buscado com cuidado, mas com afincio, por parte da autoridade de polícia judiciária militar

### 4.3 RELATÓRIO DO IPM

O relatório da autoridade delegada e a solução da autoridade delegante encontram previsão no artigo 22 e seu § 1º, do Código de Processo Penal Militar:

#### **Código de Processo Penal Militar:**

##### **Relatório**

**Art. 22.** O inquérito será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sobre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos termos legais.

##### **Solução**

**§ 1º** No caso de ter sido delegada a atribuição para a abertura do inquérito, o seu encarregado enviá-lo-á à autoridade de que recebeu a delegação, para que lhe homologue ou não a solução, aplique penalidade, no caso de ter sido apurada infração disciplinar, ou determine novas diligências, se as julgar necessárias.

<sup>48</sup> DE ASSIS, Jorge César. (a) Op. Cit. p. 49.

Ao final do Inquérito Policial-Militar, o encarregado deve relatar todas as ações tomadas, providências adotadas e discorrer sobre o caráter da sua opinião. Durante sua argumentação, confirmar ou não a tese inicial da portaria de instauração do IPM, inclusive, inserindo se constatou os indícios do cometimento de crime militar; tipificar a conduta delitiva, motivando sua tese com a demonstração de todo trabalho realizado durante a investigação; além de apontar a suspeição de autoria para pessoa que já deve estar indiciada.

A convicção do encarregado é importante para a sustentação de sua motivação. E advém das provas levantadas durante a investigação, as quais devem ser valorizadas, de acordo com o que ensinou o grande pensador, Cesare Beccaria, em sua obra publicada em 1761, responsável pela mudança da visão que se tinha em sua época sobre como apurar e apenar delitos:

Aqui está um teorema geral, que pode ser de muita utilidade para calcular a certeza de um fato e, sobretudo, o valor que têm os indícios de um delito:

Quando as provas de um fato se apóiam todas entre si, quer dizer, quando os indícios do crime não se mantêm senão apoiados uns nos outros, quando a força de inúmeras provas depende apenas de uma, o número dessas provas nada aumenta nem diminui na probabilidade do fato: merecem pouca consideração, pois, se destruíis a única prova que parece certa, derrocareis todas as demais.

Quando, porém, as provas independem umas das outras, isto é, quando cada indício pode ser provado separadamente, quanto mais numerosos eles forem, tanto mais provável será a certeza das restantes.

[...]

A certeza que se requer para, convencer um culpado, é, portanto, a mesma que se institui todos os homens nos seus mais importantes negócios.

As provas de um delito podem ser diferenciadas em provas perfeitas e provas imperfeitas. As provas perfeitas são aquelas que demonstram, de maneira positiva, que é impossível se o acusado inocente. As provas são imperfeitas quando a possibilidade de inocência do acusado não é excluída.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Curitiba: Hemus Livraria, Distribuidora e Editora, 2000. p. 22

O encarregado tem como objetivo principal convencer a autoridade delegante, uma vez que ela, de posse do Inquérito Policial-Militar relatado, elaborará a solução na qual poderá concordar ou não com o relatório, conforme o § 2º, do artigo 22:

#### **Advocação**

**§ 2º** Discordando da solução dada ao inquérito, a autoridade que o delegou poderá avocá-lo e dar solução diferente. (destaque meu)

A despeito da estranha redação desse parágrafo, já que está previsto no caput e no § 1º que a autoridade delegada relata, e a autoridade delegante soluciona, o entendimento tem sido de que a solução pode discordar da conclusão do relatório.

O objetivo do relatório é subsidiar a autoridade originária, porém é salutar que o encarregado mantenha contato com ela durante a fase de apuração, discutindo sobre a estratégia da investigação, sobre os depoimentos, os exames etc., de maneira a evitar sua discordância que somente poderá existir em razão do mérito, que é pessoal, não se aceitando quanto à forma, a qual deve ser corrigida durante o trâmite do IPM.

Até o momento da solução, o inquérito encontra-se em poder da autoridade de polícia judiciária militar, de maneira que, em havendo o surgimento de provas que venham redirecionar a autoria dos atos apurados no procedimento, a autoridade deve tomar providências para que a condição de indiciado seja corrigida.

O ato do indiciamento deve ser corrigido porque “[...] *se o suspeito de um crime for indiciado, é ele o presumido autor da infração* [...]”<sup>50</sup>, e tão importante quanto desvendar a autoria de um crime é o ato de não imputar responsabilidade incorretamente, pois pode provocar prejuízo à pessoa indiciada, com reflexos na área penal, processual penal, administrativa, trabalhista, social e na própria carreira militar. E, se em algum momento a autoridade de polícia judiciária militar incorrer na dúvida, é melhor que não indicie, porém se o fez, desfça-o por meio de outro ato administrativo, considerando o que afirma Odete Medauar:

[...] firmou-se no direito brasileiro, por elaboração jurisprudencial e doutrinária, entendimento segundo o qual dois são os principais meios

<sup>50</sup> ROTH, Ronaldo João. Artigo: *O cancelamento do indiciamento no Inquérito Policial Militar*. Florianópolis: Revista Direito Militar, nº. 55 - Set/Out., 2005. p. 06

de se desfazer um ato administrativo, para que deixe de produzir efeitos: a *anulação* e a *revogação*.<sup>51</sup>

Portanto, qualquer uma das autoridades, seja a delegada ou delegante, deverá, ao entender que o ato praticado está em desconformidade normativa, atuar, produzindo o cancelamento do indiciamento ou o seu “desindiciamento”, por meio de ato, motivando as circunstâncias.

Finalizado o Inquérito Policial-Militar, os autos devem ter o destino conforme o previsto no CPPM:

**Código de Processo Penal Militar:**

**Remessa do inquérito à Auditoria da Circunscrição**

**Art. 23.** Os autos do inquérito serão remetidos ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal, acompanhados dos instrumentos desta, bem como dos objetos que interessem à sua prova.

**Remessa a Auditorias Especializadas**

**§ 1º** Na Circunscrição onde houver Auditorias Especializadas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, atender-se-á, para a remessa, à especialização de cada uma. Onde houver mais de uma na mesma sede, especializada ou não, a remessa será feita à primeira Auditoria, para a respectiva distribuição. Os incidentes ocorridos no curso do inquérito serão resolvidos pelo juiz a que couber tomar conhecimento do inquérito, por distribuição.

**§ 2º** Os autos de inquérito instaurado fora do território nacional serão remetidos à 1ª Auditoria da Circunscrição com sede na Capital da União, atendida, contudo, a especialização referida no § 1º.

O relatório não deve se limitar ao mero resumo dos atos juntados ao Inquérito Policial-Militar, ele deve ir além disso. Há que se abordar o fato de forma sucinta, o modo como foi praticado, todas as alegações implícitas ao fato, valorando os depoimentos e desprezando qualquer alegação supérflua, produzir uma discussão de argumentos prós e contras, apresentar o método empregado para se chegar à conclusão de maneira que permita ao titular da ação penal tirar o máximo proveito do trabalho realizado.

O encarregado sempre deverá ter em mente que um bom trabalho na fase de apuração da infração penal ajudará posteriormente os profissionais incumbidos de

---

<sup>51</sup> **MEDAUAR**, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 183

acusar e de realizar a defesa do réu, porém um trabalho mau realizado prejudicará a acusação e facilitará a defesa, podendo obrigar a Justiça a sentenciar um culpado como se fosse inocente.

O relatório é o encerramento do inquérito que deve ser elaborado com “chave de ouro”, sua produção depende de matéria prima de qualidade, e quem busca e incorpora essa matéria prima no Inquérito Policial-Militar é o encarregado. Portanto a dificuldade para produzir o relatório só ocorrerá se o inquérito estiver fraco de elementos, que pode ocorrer pela dificuldade imposta em formar provas ou pela falta de empenho daquele que estiver à frente das investigações. Considerando que a maioria das investigações sempre será de difícil solução, já que em grande parte dos delitos os envolvidos não têm intenção de ajudar e alguns até procuram atrapalhar, só resta o ímpeto do encarregado em buscar a verdade, e todo esse ímpeto deve ser demonstrado quando da elaboração do relatório.

A autoridade delegante receberá o relatório e o analisará, formada a convicção, decidirá por concordar ou discordar, motivando sua decisão e esclarecendo a providência que deverá ser adotada a seguir.

Em não havendo concordância, poderá restituir ao encarregado determinando providências a serem adotadas, ou avocar para si a responsabilidade de executá-la, posteriormente solucionando o IPM.

Concordando com o relatório, a autoridade elaborará a Solução, manifestando sua decisão, motivando-a como deve ser todo o ato administrativo, remetendo-o à Justiça Militar, conforme a jurisdição da ocorrência da infração penal-militar, sendo previsto que, não havendo setor de distribuição, o Inquérito Policial-Militar deverá ser encaminhado à 1ª Auditoria, a qual distribuirá. Prevê ainda que os IPM instaurados fora do território nacional deverão ser remetidos à 1ª Auditoria no Distrito Federal.

## CAPÍTULO 5

“É necessário ter o caos cá dentro para gerar uma estrela”.

**Friedrich Nietzsche**

### 5 INVESTIGAÇÃO DO CRIME NO IPM

No capítulo anterior, tratou-se da importância da classificação dos delitos militares, bem como da necessidade da tipificação nas portarias de Inquérito Policial-Militar e do despacho indiciatório, discorrendo, também sobre a mudança no relatório do IPM. O assunto a seguir trata da riqueza da investigação policial no arcabouço do inquérito.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, investigar é procurar, pesquisar, inquirir, descobrir, de maneira que se pode concluir que investigar é a ação de obter conhecimento sobre algo.

Investigar não é, apenas, juntar dados e, ao final, concluir com base no universo construído, é muito mais que isso. Juntar dados é apenas um dos passos a ser dado para compor o conjunto de ações denominado investigação. Basicamente, há duas formas para se obter dados, a primeira é a coleta, e a segunda, a busca.

A coleta, “*que significa colher*”, tem como objetivo preparar uma coleção “*conjunto, reunião de objetos, compilação, ajuntamento*”<sup>52</sup>, é o ato de juntar os dados que se encontram disponíveis, ou seja, que já se encontram arquivados ou compondo os bancos de dados, ou que estão à nossa frente prontos para serem colhidos. A partir da formação desse conjunto de dados conhecidos, inicia-se o trabalho de organização, de maneira que se possa ter uma visão espacial da coleção. O objetivo de organizá-los visa a encontrar relações entre os elementos que compõem o conjunto e, por meio dessas ações, obterem novos conhecimentos através de dados conhecidos.

Na busca de relações entre os elementos disponíveis, logo se perceberá o surgimento de lacunas que muitas vezes não permitem um entendimento total daquilo

---

<sup>52</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. Cit.



que se procura, portanto outras ações devem ser tomadas para preencher todos os espaços com dados ou informações que não estão disponíveis; a essas ações, dá-se o nome de investigar. Nesse momento, inicia-se o trabalho de busca, “*investigação; pesquisa; procura*”,<sup>53</sup> dos dados ou informações que preencherão as lacunas surgidas durante a coleta.

Portanto, entende-se como investigação duas ações distintas, embora a mais usada para explicar o termo é a segunda, por caracterizar mais a obtenção do conhecimento. Há quem diga que a primeira forma, a coleta, não é investigar, porque se junta informações que já estão disponíveis e, dessa maneira, não se estaria buscando um novo conhecimento, pois já se tem a posse dele. Não se pode concordar com isso, uma vez que até juntar as informações e os dados disponíveis não se tem conhecimento novo, o que se tem é um mero conjunto de dados e informações, os quais nem sempre indicam algo novo. Porém, ao organizar esse conjunto, classificando-o, sistematizando-o, conforme a necessidade de conhecimento que se procura, ao final, ter-se-á em mãos um conhecimento que antes era indisponível e, por esse motivo, entende-se que coletar é um ato investigativo.

Para exemplificar a importância da organização da coleta, basta juntar os dados sobre ocorrências de trânsito em uma determinada área da Cidade de São Paulo. Ao final da coleta, o comprimento da relação obtida poderá ser medida com uma trena, em virtude do seu tamanho. Quando se observa essa relação, não se tem qualquer conhecimento novo, a não ser a quantidade total. Porém, quando se organiza, conforme a necessidade de conhecimento a ser buscada, podendo ser: “qual é a incidência de ocorrência por determinado período de tempo?”, “qual é a incidência por dia da semana?”, “qual é a incidência por dia do mês?”, “qual a idade dos veículos que produziram os acidentes?”, “qual a idade dos condutores que produziram os acidentes?”. Ao final, ter-se-á um conhecimento até então indisponível, muito embora os dados que conduziram até ele estivessem disponíveis.

No meio científico o termo mais usado para identificar as ações de investigação é a “pesquisa”. Muitos autores evitam usar o termo investigar, talvez para fugir da analogia com a investigação policial, julgando-a menos científica, o que é

---

<sup>53</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. Cit.

uma pobreza de intelectualidade, já que significam a mesma coisa e o seu valor científico é enorme, haja vista a quantidade e qualidade dos profissionais que operam nessa área. Essa observação é de suma importância, e o policial, também, deve saber e entender que seu trabalho é científico, por isso deve-se utilizar de todos os métodos desenvolvidos para se buscar soluções em todas as áreas do conhecimento, evoluindo os procedimentos utilizados no seu trabalho, de maneira a angariar melhores resultados. Ander-Egg, em sua obra, emitiu o seguinte conceito sobre a pesquisa:

[...] um procedimento reflexivo, sistemático controlado e criativo, que permite descobrir novos fatos ou novos dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.<sup>54</sup>

A investigação não é uma disciplina estudada no meio militar e isso se configura em um erro grave, não só do ponto de vista da competência, mas também do ponto de vista estratégico. E isso fica claro, pois, como foi desenhado neste capítulo, a investigação é igual à pesquisa, pois alguns Oficiais, no ato de planejarem suas operações, se surpreendem quando obtém um conhecimento novo, muitas vezes sem saber que suas ações de coleta, busca e análise, nada mais é que investigação. Ocorre que isso não pode ser conseguido ao acaso, já que seria um método empírico e não muito profissional. O fim deve ser conseguido por um caminho definido tecnicamente, de forma lógica, ou seja, por meio um método científico.

É evidente que essa matéria não tem feito parte do currículo de formação do Oficial, por não se considerar a investigação policial como competência da Polícia Militar ou das Forças Armadas, mas, sim, da Polícia Civil. Ledo engano, pois investigar é o ato principal a ser realizado no Inquérito Policial-Militar.

Ocorre, ainda, que não são raros os elogios aos IPM, só que isso ocorre porque o universo de comparação é muito ruim, vide os resultados obtidos pela Polícia Civil, pois o culpado nem sempre é descoberto e, em grande parte, quando indiciados, acabam por não ser condenados, portanto não significa que realmente os IPM estão sendo bem feitos. Parece um paradoxo, mas, na verdade, o que acontece é que o procedimento acaba na primeira fase da investigação, somente juntando os dados e

---

<sup>54</sup> ANDER-EGG, 1978. apud. DOS REIS, Albani Borges. *Metodologia Científica e Perícia Criminal*. Campinas: Millennium Editora, 2006. p. 56.

informações disponíveis, e já se consegue apontar um possível indiciado, ou seja, o que existe é uma demasiada preocupação formal com os IPM, e de certa maneira, a forma como são elaborados os tornam muito organizados e, como já foi visto, a organização é um dos métodos de se buscar conhecimento, mas se enganam quando julgam que isso basta para se preparar um bom inquérito, sendo que o encarregado não pode limitar suas ações quando elas não são limitadas pela lei.

Um bom argumento que sustenta a afirmação do parágrafo anterior encontra-se no anexo A, deste trabalho, que é o Procedimento Administrativo Padrão - PAP, utilizado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na orientação e elaboração dos Inquéritos Policiais-Militares, mas ao ser analisado observa-se que, embora tenha sido muito bem elaborado, toda orientação visa tão-somente o estabelecimento de um formato. Essa é uma preocupação que se tem encontrado nas organizações militares com um excesso de relevância, porém, na verdade, a forma não tem muita importância, já que o IPM não é nulo pela forma, haja vista inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal a esse respeito. A forma é importante, mas o conteúdo é muito mais.

Não se pode deixar de comentar sobre a excepcionalidade do assunto abordado, pois há que se registrar que, nos casos de deserção, todo o procedimento apuratório deve ser realizado observando-se rigorosamente toda formalidade prevista, pois a Justiça Militar, em primeira análise, só conhecerá da acusação quando não houver erro formal.

A investigação deve ser assunto acadêmico, não só quando se estuda metodologia científica, mas também durante estudos de técnica de investigação policial. E, se por questões estratégicas o comando julgar que não é viável compor a grade curricular dos cursos de formação com esta matéria, poder-se-á preparar um estágio suplementar aos Oficiais e Sargentos para capacitá-los à função, porém não poderá permitir que profissionais que não tenham passado por esse estágio venham a presidir ou participar como escrivão dos inquéritos, uma vez que, embora competentes legalmente, estarão incompetentes tecnicamente, por lhes faltar informações relevantes para dar andamento a um procedimento investigativo, como o IPM.

## 5.1 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Para se buscar respostas para os problemas que se apresentam, o pesquisador vale-se do método, e a metodologia é o estudo dos métodos aplicados. Na palavra metodologia está implícita a idéia de lógica subjacente à ação, então:

“Metodologia é uma disciplina que se ocupa da descrição e da natureza dos vários métodos existentes. Por isso, em rigor, melhor seria falar em metodologias”.

O valor da nomenclatura está na especificidade que ela promove. Assim, é possível falar em *Metodologia da Investigação Científica*, *Metodologia da Investigação Artística* e assim por diante. A Ciência trabalha com demonstração, com verificação, com reprodutibilidade; a Arte, com emoção, com leitura *pessoal do mundo*.<sup>55</sup>

Pode-se dizer que a Lógica Aplicada permite afirmar que certas conclusões são verdadeiras ou falsas; quanto à Metodologia, ou estudo do método, do grego *méthodos*, “*caminho para chegar a um fim*”, ensina que o objetivo é alcançado quando se age de maneira ordenada. Com estas afirmações, pode-se presumir que a investigação policial, que visa ao esclarecimento das infrações penais, não se subsiste sem que suas ações sejam norteadas cientificamente, necessitando de um método que as oriente e discipline, de maneira que se concluam os trabalhos através do caminho correto. A despeito do ditado de que “*todos os caminhos levam à Roma*”, pode-se afirmar que, utilizando-se de um método, pode-se chegar mais rápido ao lugar desejado.

Para se entender o que isso significa, basta tomar o seguinte exemplo: passar de um ponto “A” para um ponto “B” é um **problema** que precisa de **solução**; o caminho pode ser percorrido de diferentes formas, que são os **métodos**, porém as ponderações que limitam as soluções definem qual é o melhor método a ser empregado que é a **técnica**. “É como se o método fosse a estratégia, e a técnica, a tática”.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> COSTA, Sérgio Francisco. *Método Científico – Os Caminhos da Investigação*. São Paulo: Editora Harbra. 2001. p. 12.

<sup>56</sup> *ibidem*. Texto adaptado. p. 5-9.

Durante a evolução da humanidade o homem se utilizou de métodos empíricos, pois se levava em conta o resultado da experiência anterior para se chegar a um objetivo; era literalmente “tentativas e erros” em que muitas vezes se buscava uma coisa e descobria-se outra. Com a evolução científica, os métodos empregados passaram por crivos científicos, inclusive, tendo o descobridor de alguma coisa ao apresentar seu descobrimento, demonstrar o método pelo qual se atingiu o objetivo, devendo ele ser testável, reproduzível e fortemente determinista. Por muito tempo foi esquecido o método de tentativas, mas com a evolução tecnológica, principalmente da informática, esse método passou a ser aceito como científico, haja vista que um computador permite a possibilidade de produzir bilhões de tentativas em pouco tempo, permitindo chegar a soluções que eram impossíveis de se conseguir anteriormente.<sup>57</sup>

É impossível afirmar quando iniciou a produção de conhecimento, porque isso faz parte da própria evolução do homem, mas a Grécia tem sido apontada como a origem da percepção filosófica da produção do conhecimento, movida por: **Sócrates**, filósofo e professor ateniense, desenvolveu um método de ensino denominado “maiêutica”, que consistia em propor uma série de perguntas de modo que, ao final, a resposta tivesse conclusão lógica; **Platão**, filósofo ateniense e discípulo de Sócrates, julgava importante o homem sobrepor-se às sensações para chegar às idéias; **Aristóteles**, filósofo grego, discípulo de Platão, criou a filosofia empírica, onde prevalecendo o concreto geral, cabendo à ciência descobrir as características dessa concretude, sendo de grande influência pelo caráter observacional do seu método; **Pitágoras**, grego, mas foi na Itália que criou a doutrina baseada na hipótese de que tudo no mundo seria regido por números, suas idéias matemáticas influenciaram muitos pensadores e contribuíram para a formação da Ciência.

Quando o homem começa a buscar a verdade através da razão, deixando de lado as explicações mágicas para aquilo que era desconhecido, estão plantadas as bases da ciência que se conhece hoje, período em que se destacam: **Cláudio Ptolomeu**, astrônomo e matemático, baseou sua teoria de que a Terra ocupava o centro do mundo (geocentrismo); **Nicolau Copérnico**, astrônomo polonês, baseava sua teoria

---

<sup>57</sup> **VIEIRA**, Américo Augusto Nogueira. *Aula de Metodologia Científica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 18Ago2007.

na hipótese de que a Terra girava ao redor do Sol (heliocentrismo); **Johannes Kepler**, filósofo, matemático e astrônomo, apresentou leis a que se sujeitam os movimentos dos planetas; **Galileu Galilei**, físico e astrônomo italiano, demonstrou, pelo método experimental, que Copérnico estava certo; **René Descartes**, matemático e filósofo francês, é o criador da Geometria Analítica, desenvolveu o método cartesiano que consistia em: a) as idéias devem ser claras e bem definidas; b) um problema deve ser dividido em partes com o objetivo de facilitar a sua solução; c) os raciocínios devem ser orientados do mais simples ao mais complexo; d) buscar continuamente falhas e oportunidades de aperfeiçoamento; **Issac Newton**, matemático e filósofo inglês, formulou a Lei da Atração Universal, deixando contribuição na Mecânica e na Óptica.<sup>58</sup>

## 5.2 RACIOCÍNIO INVESTIGATIVO

A parte mais importante da investigação policial é a análise dos elementos nela incorporados, e a capacidade de analisar informações deve ser desenvolvida, no policial, já que o resultado da busca de solução para um problema que lhe é colocado à frente está diretamente ligado à eficiência do raciocínio do profissional. Essa eficiência pode ser adquirida através do uso das diferentes formas de raciocinar e no meio policial é comum a utilização das formas que serão vistas a seguir:

- a) **Dedução** é uma das formas de raciocinar durante a investigação policial, visando buscar o relacionamento entre um fato observado a algo comprovado ou que se tem como verdadeiro, de maneira que possibilite uma conclusão;
- b) Raciocinar por **indução** consistente em estabelecer uma verdade indiscutível com base no conhecimento de certo número de dados que se relacionam;
- c) A **analogia** é definida como ponto de semelhança entre coisas diferentes, com grande aplicação na investigação policial.

---

<sup>58</sup> COSTA, Sérgio Francisco. Op. Cit. Texto adaptado. p. 14-18.

O Professor Coriolano Nogueira Cobra, em seu Manual de Investigação Policial, ensina que:

[...] raciocinamos por analogia, no terreno policial, quando fazemos comparações para verificar e constatar as semelhanças entre os fatos que estão sendo investigados e outros, ocorridos anteriormente. Quando dizemos ou pensamos que um fato pode ter ocorrido de modo igual a outro ou que determinada pessoa ou determinadas pessoas costumam agir desta ou daquela maneira, nada alais fazemos do que raciocinar por analogia. Aliás, é uma forma freqüente de raciocínio, na investigação, porque, quando recorremos ao *modus operandi*, é o raciocínio analógico que aparece. Será raciocínio analógico, ainda, quando pretendendo calcular como teria agido o autor de determinado crime, procura o policial colocar-se no lugar do criminoso para imaginar como ele procedeu.<sup>59</sup>

Embora não seja classificada como método científico, o policial poderá usar da **intuição** que, segundo Aurélio Buarque de Holanda é “*o ato de ver; percepção clara, reta, imediata, de verdades, sem necessidade de raciocínio; pressentimento; visão beatífica*”, a capacidade de pressentir é sentimento alheio a uma causa conhecida, que permite prever acontecimentos. Ela pode ser sensível ou não-sensível. Será sensível quando ocorrer através da comunicação do homem com o meio ambiente, por meio dos sentidos. A não-sensível pode ser entendida como um presságio, um palpite, uma adivinhação, como no caso de uma pessoa que resolve deixar de fazer alguma coisa por pressentir um resultado ruim. Ela tem sido levada em consideração no meio policial porque não é raro os mais experientes agirem com o conhecido tirocínio policial, que nada mais é que intuição respaldada na experiência profissional, que neste caso tem uma base científica, pois leva em conta o repertório de conhecimentos anteriormente adquiridos.

Define-se **presunção** o ato de presumir, conjecturar, suspeitar, como consequência de certos atos e fatos, baseando-se em probabilidades e estabelecendo como verdade. É a situação em que o investigador aceita determinadas conclusões como verdadeiras, enquanto não existirem provas em contrário, podendo ser útil no estabelecimento de hipóteses.

---

<sup>59</sup> COBRA, Coriolano Nogueira. Manual de Investigação Policial. 4ª. ed., ver. ampl. São Paulo: Sugestões Literárias. 1969. p. 14-18.

Para se construir um raciocínio lógico o pesquisador estabelece a **hipótese**, que é construída na fase inicial da investigação, quando se forma uma suposição duvidosa, mas não improvável, relativa a fatos ocorridos ou que virá ocorrer. É uma resposta antecipada de um problema. Isso ocorre durante a investigação, à medida que o pesquisador vai percebendo detalhes que vão lhe indicando a probabilidade de como o fato pode ter ocorrido, de que forma e por qual motivo, ou seja, a idéia do “provável” é que indica a incerteza e isso forma a hipótese.

[...] “Se eu não entregar o projeto para a faculdade, minha bolsa de estudo será suspensa”. Nesse caso, você não estará formulando uma hipótese, Isto porque se você puder afirmar essa consequência de modo tão enfático, é porque tem *certeza* de que ficará mesmo sem a bolsa. Talvez sua experiência acumulada sinalize isso a você. Assim trata-se de uma declaração condicional, e *não* de uma hipótese.

Porém, se você *não* tivesse certeza do que aconteceria, você poderia estar diante de uma *hipótese*. Neste caso, você deveria dizer: “Se eu apresentar o projeto para a faculdade é *provável* que minha bolsa de estudos seja suspensa”.<sup>60</sup>

Quando trata da metodologia na investigação, o Professor Coriolano Nogueira Cobra ensina que *“excluídas as hipóteses repelidas, ficam aquelas correspondentes com a realidade. Destas, algumas vão permitir convicção, e outras, certeza”*.<sup>61</sup>

Percebe-se que o respeitável professor e emérito policial se utilizou dos termos “convicção” e “certeza” para ressaltar coisas diferentes, quando etimologicamente são palavras sinônimas, de maneira que obriga uma análise sobre o que ele quis dizer. Sabe-se que nas diversas profissões os vernáculos ganham significados específicos que os profissionais da área os identificam com clareza e, uma vez que, nas atividades policiais e forense, essa distinção é procedente, surge a necessidade de explicar seu significado. Fala-se que existe a **convicção** quando os elementos probatórios são de ordem subjetiva, quando não existe o suporte de provas materiais, ou quando existem, permitem apenas a interpretação. Já a **certeza** ocorre quando há provas materiais, conhecidas doutrinariamente como elementos objetivos, podem ser constatados isoladamente ou em conjunto com os elementos subjetivos da convicção, de maneira

<sup>60</sup> COSTA, Sérgio Francisco. Op. Cit. p. 27.

<sup>61</sup> COBRA, Coriolano Nogueira. Op. Cit. p. 32.



que permitam uma conclusão insatisfeita (pode ser também não desejada) sobre a ocorrência.

### 5.3 ESTRATÉGIAS PARA APURAÇÃO DE CRIMES

Este trabalho não tem o fulcro de ensinar investigação, seja ela científica ou policial, de maneira que cabe lembrar que as teses são as de “demonstrar a necessidade do método científico nas investigações policiais” e “demonstrar a necessidade de implementação da investigação policial nos Inquéritos Policiais-Militares”. Portanto, as informações juntadas ao corpo do trabalho visam a demonstrar a importância de cada uma das ações que necessariamente devem compor toda a apuração de infração criminal.

Nesse sentido, quando se fala de estratégia, o objetivo é aguçar a mente do policial investigador sobre como deve começar um trabalho de pesquisa, em busca de solução para um problema surgido durante a construção do inquérito, ou mesmo, como pré-requisito para sua instauração.

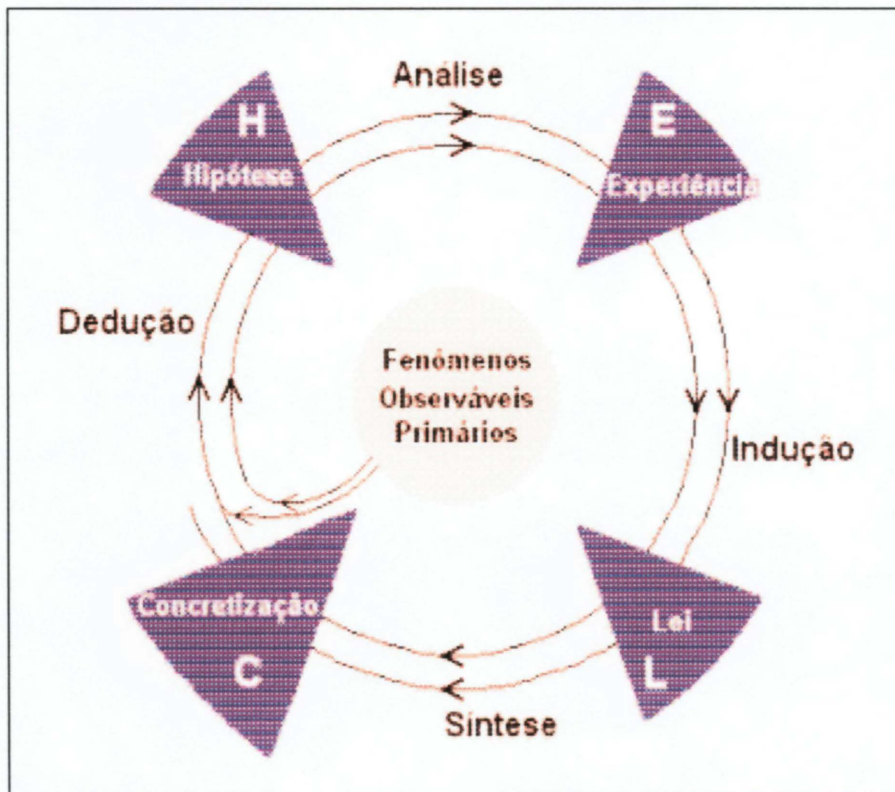
A estratégia é o estabelecimento de um plano de ação para a execução total da pesquisa, é o momento em que se define o objetivo principal, as ações a serem desenvolvidas e os meios necessários para sua execução. Durante as fases de evolução do trabalho, surgem os objetivos secundários, os quais conquistados não solucionam o problema, mas “abrem portas” ou indicam melhores caminhos a serem seguidos em busca da conquista do principal e as ações estabelecidas para atingir o objetivo secundário se denominam táticas.

A estratégia deve ser estabelecida como em toda pesquisa científica, partindo do que se sabe, para, em seguida, buscar o que se quer saber, e essa evolução se faz pela experimentação.

A saída em campo, ou a procura pelas peças do quebra-cabeça, dá-se principalmente através da experimentação. A experimentação é uma observação controlada, no sentido em que via de regra sabe-se aquilo que se pretende encontrar - ou pelo menos se tem uma idéia aproximada - e é nesse sentido que se diz que *a teoria domina o*

*trabalho experimental*. Mas este domínio é relativo e meramente orientador, pois ao mesmo tempo em que o experimentador se firma nas hipóteses de uma teoria, na realidade está com frequência submetendo outras hipóteses - ou outras teorias - à prova, muitas vezes chegando a falseá-las ou, até mesmo, derrubá-las. Ao produzir o cenário, onde irá desencadear-se a experiência, o cientista utiliza-se principalmente de um par de operações mentais que exigem a sua permanência no mundo real, quais sejam, a análise e a síntese.<sup>62</sup>

Durante a explicação sobre o que é a experimentação e da sua aplicação, o Prof. Alberto Mesquita Filho apresenta a espiral da práxis, relativa ao esquema estratégico do trabalho de pesquisa, que parte dos fenômenos observados ou fatos ocorridos, seguindo por uma linha de raciocínio e de ações que culminam na solução. Parece simples, mas os problemas secundários que surgem ao longo do caminho obrigam o estabelecimento de objetivos secundários e ações “táticas” visando desimpedir o caminho, e sabe-se que alguns desses obstáculos podem ser intransponíveis, de maneira a impedir o pesquisador de chegar ao final de seu trabalho.



**QUADRO 02:** Espiral da Práxis

<sup>62</sup> **FILHO**, Alberto Mesquita. Artigo: *O Método Científico*. Publicado no sítio do Espaço Científico Cultural. Visitado em 28Set2007. p. 7.

O policial investigador ou o encarregado do Inquérito Policial Militar deve ser cuidadoso durante o caminho da investigação, sendo muito importante os procedimentos que adota durante a apuração, os quais os pesquisadores denominam de tratamento dos dados.

Tratamento é um conjunto de ações cujo objetivo é “surpreender” a Natureza, obrigando-a, de certo modo, a dar ao pesquisador respostas ao problema de interesse.

O tratamento é parecido com um trabalho policial! É como se o tratamento fosse uma *armadilha* para pegar o infrator! <sup>63</sup>

Observando os dizeres do Prof. Sérgio Francisco Costa, nota-se a alusão às ações táticas policiais que procuram entender a situação ocorrida e a do momento, busca descrever alguma coisa que interfira proveitosamente na investigação e explora as relações que deram causa ao problema e todas que geraram os efeitos.

De maneira geral, os tratamentos variam de acordo com os objetivos, podendo ser:

- a) **experimental**: quando o pesquisador manipula a variável para ver o que ocorre. Isto acontece quando se ouve as pessoas envolvidas, estabelecendo um questionamento inteligente e não só ouvindo o que ela quer dizer, mas perguntando o que se pretende saber, cruzando informações obtidas em outras declarações e preparando armadilhas para descobrir se as declarações são verdadeiras, estando o encarregado, por força legal, impedido de induzir a pessoa inquirida a responder o que deseja. Inquirir não é fácil; os policiais mais antigos sempre dizem: “pergunta idiota, resposta idiota”; nesse sentido, lembra o Prof. Sérgio, “[...] a pergunta é como um anzol: voltar com ele vazio... é desperdício de isca!!”;
- b) **observacional**: quando o pesquisador não manipula qualquer variável, apenas observa e registra o resultado para posterior análise. Ocorre quando se acompanha uma das pessoas envolvidas, na tentativa de descobrir algo que venha demonstrar que suas alegações ou de outros, sejam verdadeiras ou falsas; trata-se também dos exames periciais que não podem ser manipulados, sendo que a tecnologia apenas amplia a *performance* do observador;

---

<sup>63</sup> COSTA, Sérgio Francisco. Op. Cit. p. 49.

c) **correlacional**: quando o pesquisador acompanha a flutuação conjunta de duas ou mais variáveis. Isso ocorre normalmente com todas as informações e dados obtidos em uma investigação policial, quando a busca da correlação é uma constante já que se não há relação, não interessa para o caso e nem, futuramente, para o processo penal.<sup>64</sup>

É bom lembrar que se os questionários dirigidos aos envolvidos não forem previamente preparados, com um roteiro inteligente, ou seja, que façam parte de uma estrutura de questionamento, como foi visto no capítulo 3, a obtenção de resultados poderá se ver dispersa no trâmite dos procedimentos, impossibilitando qualquer relacionamento com o fato em apuração.

Deve-se, ainda, observar a rapidez com que se obtém a resposta de uma pergunta formulada, já que pode tratar-se de uma resposta preparada, além do que, a expressão corporal poderá dar informações que o consciente cognitivo não quis dar; se for o caso, questione sobre tais expressões para que as explicações sejam transcritas. É conveniente que o inquiridor tenha conhecimento das técnicas oferecidas pela neurolingüística, disciplina estudada e suas técnicas treinadas pelos negociadores policiais. Além do que, algumas perguntas, muitas vezes, dependem de informações complementares, e algumas respostas podem ser aguardadas para uma outra sessão, desde que haja interesse do inquiridor, do inquirido ou de ambos.

Alguns defeitos devem ser evitados como o uso inadequado das palavras que podem gerar outro tipo de resposta não esperada, podendo não ser entendida ou, até mesmo, ser uma ofensa, eliminando a interação que deve existir entre os personagens da inquirição. Deve-se estabelecer um critério para a ordem das perguntas, pois uma poderá interferir na resposta de outra. Evitar perguntas extremamente longas, sentenças com ordem invertida, orações explicativas no meio da pergunta, ou aquelas que sinalizam respostas para outras perguntas, questões com duplo sentido ou que não sejam inteligíveis, as quais poderão ser trocadas por uma explicação sucinta seguida da pergunta. É necessário lembrar que as perguntas devem ser bem formuladas e definidas para que se perceba o término da explicação e início da pergunta.

---

<sup>64</sup> COSTA, Sérgio Francisco. Op. Cit. Texto adaptado p. 49-75.

Uma investigação científica tem, na melhor das hipóteses, a qualidade dos instrumentos de coleta, das mensurações feitas e da adequação da teoria escolhida como suporte. Assim, a qualidade do trabalho acaba refletindo a qualidade do pesquisador. É nele que começa a qualidade! Ou termina...! <sup>65</sup>

Como se vê, o estudo da criminologia e da criminalística deve ser incentivado aos policiais, podendo ser através de estágios de atualização, palestras com autoridades no assunto, divulgação de bibliografia e trabalhos de pesquisa, de maneira que o profissional se estruture teoricamente para melhorar sua capacidade de interpretação das causas que deram origem ao fato delituoso. Além do que, deve-se explorar, ao máximo, as informações oferecidas pela perícia criminal, pois aqueles profissionais estão em condições de fornecer um serviço de coleta especializado, mas é o policial que deve saber o que requisitar, ele é o investigador e conhecedor de todas as nuances da investigação.

Com afirmação supra, em destaque, fica clara a importância que a qualidade técnica do policial, seja o investigador ou o encarregado do Inquérito Policial-Militar, tem para com o resultado da apuração. Portanto, não basta que a norma defina a competência, o resultado legal é fruto da soma da competência normativa e competência técnica, e a responsabilidade por essa aplicação é da instituição policial, mas principalmente dos comandantes a quem cabe o processo decisório.

---

<sup>65</sup> COSTA, Sérgio Francisco. Op. Cit. p. 78.

## CAPÍTULO 6

“O homem deve aplicar-se à reflexão e ao estudo para melhor compreender a razão dos atos humanos, qual a sua finalidade e os meios de controlá-los. Só assim poderá sua personalidade, pôr em ordem sua família e contribuir para a paz no Estado”.

**Confúcio**

### 6 AVALIAÇÃO DOS ARGUMENTOS

Neste trabalho defendeu-se a tese de que não existem condições de se elaborar o Inquérito Policial-Militar sem que haja o rito investigativo completo. Para tal, buscou-se, primeiramente, apresentar a evolução histórica dos sistemas processuais, passando pelo surgimento do inquérito como forma processual, culminando pela utilização de um sistema misto; adotando-se o sistema inquisitivo em uma fase pré-processual, e pela adoção do sistema acusatório na fase processual.

Viu-se que a sociedade gradativamente tomou consciência da distinção existente entre crime comum e crime militar, percebendo que tal diferença fundamentava-se no bem comum tutelado por cada uma das instituições sociais; tendo como principal a “liberdade”, para a sociedade civil, e, a hierarquia e a disciplina, para a sociedade militar. Culminando na adoção de um conjunto normativo, que regula a aplicação da lei, para cada tipo de crime: Códigos Penal e de Processo Penal, para os crimes comuns; e , Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, para os crimes militares.

Com a criação das normas militares ficou definido o crime militar e suas características, consignando-se na lei processual toda a forma do processo penal militar e da persecução criminal.

Em consequência da semelhança com o processo e a apuração das infrações penais, relativas ao crime comum, estabeleceu-se o Inquérito Policial-Militar – IPM, como instrumento procedimental para formalizar os atos de apuração das infrações penais-militares, decorrendo daí, a distribuição de competências e o regramento dos atos que compõe o referido procedimento.

No trabalho foram apresentadas as autoridades de polícia judiciária militar e posteriormente, discutiu-se sobre a competência e sobre os atos que, obrigatoriamente, devem ser adotados por cada uma delas. Surgem nesse momento as teses secundárias, aglutinando argumentos científicos que objetivam proporcionar uma melhor obtenção de dados, com a finalidade de garantir as condições necessárias para a perfeita instauração do Inquérito Policial-Militar, bem como a formação de provas, as quais permitirem construir uma estrutura argumentativa que sustenta o encerramento do procedimento com uma conclusão capaz e subsidia o Ministério Público na formação de convicção sobre a ocorrência ou não do delito, além de apontar o responsável pela sua prática.

Em virtude de o Brasil ter sofrido forte influência do Direito europeu: do Romano e Germânico, e, posteriormente, do Português, do Espanhol e do Francês, onde o pensamento jurídico era perfeitamente definido à respeito do conceito de crime militar, de como deveria ser apurado e da competência para julgá-lo; culmina por aperfeiçoar a legislação importada, criando-se um conjunto normativo adjetivo e substantivo próprios, além de definir as competências e reestruturar o sistema jurisdicional.

Apresentam-se novas teses com a finalidade de sustentar a tese principal, as quais são definidas e defendidas; trata-se da: “investigação preliminar para instauração do Inquérito Policial-Militar”; da “motivação dos atos das autoridades delegantes e delegadas”; da “tipificação nas portarias e no relatório de Inquérito Policial-Militar”; da “inclusão de despacho indiciatório no IPM”; e da “discussão do encarregado sobre os atos e as provas no transcorrer do relatório”, e se destinam, primeiramente, ao cumprimento da lei e em segundo lugar, para formar uma base argumentativa à tese principal defendida no trabalho, que é o “estabelecimento da investigação policial no IPM”.

As propostas apresentadas são defendidas, sustentando-se que tais medidas policial-administrativas devem ser adotadas *sine qua non*, ou seja, a sua não adoção fragiliza o procedimento inquisitorial, exatamente no princípio básico da sua própria existência, que é o de formar provas, o que, muitas vezes, torna-se inócuo para o Ministério Público que se vê obrigado a requerer o seu arquivamento.

Sopesou-se, na classificação do delito militar, sobre as fases importantes que não podem deixar de serem desenvolvidas no transcurso do Inquérito Policial-Militar. Onde se demonstrou que a portaria de instauração do inquérito, ato que formaliza o indício da prática de crime militar, deve ser motivada e conter a tipificação do delito, bem como, de todos os atos das autoridades delegantes e delegadas.

Defendeu-se também, que a motivação e a tipificação são de vital importância na elaboração do relatório do IPM, bem como na solução, sendo que, esta última, não deve encontrar divergências no relatório, já que neste caso a autoridade deverá avocar e corrigir as causas de divergências, e após, solucionar o inquérito. Porém, há que se considerar que a discordância, quanto ao mérito, pode ser uma medida salutar, pois ela é o pleno exercício do Direito.

Defendido também, foi a importância da realização de investigação preliminar, com o objetivo de obter elementos necessários para garantir uma autuação com correção, permitindo que todos os atos que precedam a instauração do Inquérito Policial-Militar sejam formalizados, na forma escrita e por meio do registro realizado no seu relatório. Essas informações valiosas poderão garantir a convicção da ocorrência do fato delituoso, além do futuro indiciamento ou o não do suspeito, durante o IPM.

Provou-se, além da necessidade de implementação da investigação policial nos Inquéritos Policiais-Militares, que a preparação técnica dos profissionais que atuam na área deve ser constante, aperfeiçoando-os para todas as fases do inquérito, mas, principalmente, para a investigação policial, “demonstrando a necessidade do método científico nas investigações policiais”, capacitando-os na aplicação, bem como na demonstração e na discussão ao longo do relatório, durante a fase de encerramento do Inquérito Policial-Militar.

E, finalizando, defendeu-se a inclusão do despacho indiciatório no IPM, atribuição da autoridade de polícia judiciária militar, que demonstra a eficácia do procedimento apuratório, já que é o objetivo de que toda a apuração conclua indicando se o fato realmente ocorreu, e quem o praticou, caso contrário será inócuo.



## CAPÍTULO 7

“Todo direito deve ser uma tentativa de um direito justo!”

**Stammler**

### 7 CONCLUSÃO

Encerrando o presente, trabalho pretende-se aqui arrazoar que as proposições insertas ao seu início foram discutidas e, para cada uma, foram apresentados argumentos que as sustentam, tendo como suporte o conjunto normativo nacional, a jurisprudência e a doutrina, provando ser eficiente e eficaz além de acrescentar qualidade na elaboração do inquérito ao ser aplicado o que se propôs como tese principal: “o estabelecimento da investigação policial no IPM”.

Dessa forma, viu-se desenvolvido o tema do presente trabalho: “Aperfeiçoamento do Inquérito Policial-Militar, Adequando-o à Doutrina Atual e em Concordância com a Legislação Vigente”.

As teses secundárias alavancadas sobre: a “motivação dos atos das autoridades delegantes e delegadas”; a “tipificação nas portarias e no relatório de Inquérito Policial-Militar”; a “investigação preliminar para instauração do Inquérito Policial-Militar”; a “inclusão de despacho indiciatório no IPM”, são propostas que se caracterizam como base de sustentação para a tese do trabalho. E, ao longo do trabalho, comprovada a importância do tema escolhido, que busca aperfeiçoar o procedimento apuratório de condutas previstas como delitiva pela norma penal militar.

Verificou-se, no capítulo 2, todo processo histórico evolutivo dos sistemas processuais, o surgimento da figura do inquérito, sua transformação em inquérito policial quando deixa de compor a fase processual e, ao final, renascendo como procedimento investigatório pré-processual.

No mesmo capítulo demonstrou-se que o Direito Militar não é matéria nova e de pouca importância, e que o conceito de crime militar tem evoluído sendo distinta

sua aplicação em diferentes países, além do que, a autoridade competente para apurá-lo deve se aperfeiçoar no conhecimento jurídico, de maneira que consiga tirar o maior proveito daquilo que é permitido por lei investigar, e de maneira nenhuma avance sobre o direito ou garantias dos envolvidos, suspeitos ou indiciados.

No capítulo seguinte, foi defendida a importância da realização de investigação preliminar, de maneira que forneça elementos necessários para garantir uma autuação com correção em todos os atos que precedam a instauração do Inquérito Policial-Militar. Essas informações valiosas garantirão o futuro indiciamento ou o não-indiciamento.

Já no capítulo 4, foram apresentadas, na classificação do delito militar, as fases importantes que não podem deixar de serem desenvolvidas no transcurso do Inquérito Policial-Militar, demonstrando que a portaria de instauração do inquérito, ato que formaliza o indício da prática de crime militar, deve ser motivada e conter a tipificação do delito, bem como de todos os atos das autoridades delegantes e delegadas.

Defendeu-se, também, que a motivação e a tipificação são de vital importância na elaboração do relatório do IPM, bem como, na solução, não devendo encontrar divergências no relatório, já que, nesse caso, a autoridade poderá avocar, corrigir e solucionar o inquérito. Porém, discordar quanto ao mérito pode ser uma medida salutar, pois tal discordância é o pleno exercício do Direito.

Demonstrou-se a necessidade de implementação da investigação policial nos Inquéritos Policiais-Militares, da preparação técnica dos profissionais que atuaram na área e seu constante aperfeiçoamento. Também que o método da investigação deve ser discutido na fase do encerramento do Inquérito Policial Militar, ao longo do relatório, no qual se propõe a inserção da evolução da investigação que culminou em propiciar a conclusão apresentada no relatório.

E, finalizando, defendeu-se a inclusão do despacho indiciatório no IPM, atribuição da autoridade de polícia judiciária militar que demonstra a eficácia do procedimento apuratório, já que é o objetivo de toda a apuração é a conclusão que indique se o fato realmente ocorreu e quem o praticou, caso contrário será inócuo.

Dado todo arcabouço argumentativo e sustentado pelas teses secundárias, no capítulo 5, vê-se cumprido o compromisso estabelecido inicialmente, quando se

demonstra a metodologia da investigação, como deve raciocinar o policial que investiga, e as estratégias à sua disposição.

É evidente que não se pretende encerrar o assunto, e a intenção desta conclusão é apenas encerrar este trabalho, pois o assunto, atualmente, está bastante “aquecido” no meio acadêmico, o qual resolveu estudar e produzir trabalhos e pesquisas científicas, demonstrando, também, que a evolução atingiu o patamar acadêmico, de forma que são esperadas muitas concordâncias e discordâncias sobre os pensamentos que estão surgindo, os quais somente trarão benefícios para o Direito Militar.

## BIBLIOGRAFIA

- AZAMBUJA**, Jail Benites de. *Produção da Prova pela Polícia. Licitude da atividade Policial*. Umuarama: Editora Ilustrada, 2005.
- BECCARIA**, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Curitiba: Hemus Livraria, Distribuidora e Editora, 2000.
- BISMAEL**, B. de Moraes (Coordenação). *Segurança Pública e Direitos Individuais*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.
- COBRA**, Coriolano Nogueira. *Manual de Investigação Policial*. 4ª. ed., verif. e ampl. São Paulo: Sugestões Literárias. 1969.
- CORRÊA**, Getúlio (organizador.). *DIREITO MILITAR. História e Doutrina – artigos inéditos*. Florianópolis: AMAJME - Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, 2002.
- COSTA**, Sérgio Francisco. *Método Científico. Os Caminhos da Investigação*. São Paulo: Editora Harbra, 2001.
- CRUZ**, Ione de Souza; **MIGUEL**, Cláudio Amin. *Elementos de Direito Penal Militar – Parte Geral*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2005.
- DA COSTA**, Álvaro Mayrink. *Crime Militar*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2005.
- DA SILVA**, José Geraldo. *O Inquérito Policial e a Polícia Judiciária - 2ª edição*. São Paulo: Editora de Direito, 1996.
- DE ASSIS**, Jorge César.(a) *Código de Processo Penal Militar Anotado – Volume 1*, 2ª edição – Revista e Atualizada. Curitiba: Editora Juruá, 2006.
- DE ASSIS**, Jorge César.(b) *Direito Militar, Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos*, 6ª edição. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
- DE MELO**, Antônio Celso Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Malheiros, 2004.
- DOS REIS**, Albani Borges. *Metodologia Científica e Perícia Criminal*. Campinas: Millennium Editora, 2006.
- ESMPSP** - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. *Caderno Jurídico*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

- FERREIRA**, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª ed. São Paulo: Editora Gamma, 1986.
- FILHO**, Alberto Mesquita. Artigo: *O Método Científico*. Publicado no sítio do Espaço Científico Cultural. Visitado em 28Set2007.
- FRANCO**, Paulo Alves. *Inquérito Policial*. São Paulo: Editora Saraiva, 1992.
- LOBÃO**, Célio. *Direito Penal Militar*, 3ª edição - atualizada. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2006.
- LOPES**, Maurício Antonio Ribeiro. *Ética e Administração Pública*. Ed. Revistas dos Tribunais. São Paulo: 1993.
- LOUREIRO NETO**, José da Silva. *Lições de Processo Penal Militar*. São Paulo: Editora Saraiva, 1992.
- LOUREIRO NETO**, José da Silva. *Processo Penal Militar*. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- MARQUES**, José Frederico. *Tratados de Direito Processual Penal*. Ed. Saraiva. São Paulo: 1980.
- MASAGÃO**, Mário. *Curso de Direito Administrativo*. Ed. Revista dos Tribunais. 6ª ed. São Paulo: 1977.
- MEDAUAR**, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- MEIRELLES**, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 22ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 1997.
- MENDRONI**, Marcelo Batlouni. *Curso de Investigação Criminal*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- MIGUEL**, Cláudio Amin & **COLDIBELLI**, Nelson. *Elementos de Direito Processual Penal Militar*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2000.
- MIRABETE**, Julio Fabbrini. *Código de Processo Penal Interpretado*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Atlas. 1999.
- MONTESINOS**, Cristian Donayre. Artigo publicado na Revista Direito Militar nº. 56: *La Justicia Militar en el Derecho Comparado en General y en América Latina en particular. Algunos elementos a tomar en cuenta para determinar*

*la fórmula aplicable en el Perú*. Florianópolis: Associação dos Magistrados das Justiças Militares dos Estados - AMAJME, 2005.

**NEVES, Cícero Robson Coimbra & STREIFIGER, Marcelo.** *Apontamentos de Direito Penal Militar, vol. 1 – Parte Geral*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

**NONAKA, Gilberto.** *Polícia Judiciária Militar e Inquérito Policial-Militar*. Artigo publicado no Caderno Jurídico da Escola Superior da Magistratura de São Paulo, vol. 6, nº. 3. 2004.

**NUCCI, Guilherme de Souza.** *Código de Processo Penal Comentado*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2004.

**PMESP - Polícia Militar do Estado de São Paulo.** *Revista: “A Força Policial”*. São Paulo.

**ROTH, Ronaldo João.(a)** *Justiça Militar e as Peculiaridades do Juiz Militar na Atuação Jurisdicional*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

**ROTH, Ronaldo João.(b)** *Temas de Direito Militar*. São Paulo: Editora Suprema, 2004.

**ROTH, Ronaldo João.(c)** Artigo: *O cancelamento do indiciamento no Inquérito Policial-Militar*. Florianópolis: Revista Direito Militar. nº. 55 – Setembro/Outubro, 2005.

**SALLES JR., Romeu de Almeida.** *Inquérito Policial e Ação Penal. Indagações - Doutrina – Jurisprudência - Prática*. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

**TORNAGHI, Hélio.** *Curso de Processo Penal*. Vol. I, 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.

**TOURINHO FILHO, Fernando da Costa.** (a) *Processo Penal*. Vol. I, São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

**TOURINHO FILHO, Fernando da Costa.** (b) *Processo Penal*. 1º vol., 29ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

# ANEXO

“A”

## **ETAPAS**

### **A. CONHECIMENTO DA INFRAÇÃO**

1. Conhecimento da prática de infração penal militar;
2. Adoção das providências do Art. 12 do CPPM;
3. Definição da Autoridade competente;

### **B. INSTAURAÇÃO DO IPM**

4. Designação do Oficial Encarregado do IPM;
5. Designação de Escrivão do IPM;
6. Elaboração da Portaria do IPM;

### **C. INSTRUÇÃO DO IPM**

7. Coleta de provas;
8. Juntada dos registros das provas nos autos de IPM;

### **D. FINALIZAÇÃO DO IPM**

9. Confecção do Relatório do IPM;
10. Confecção da Solução do IPM;

### **5. REMESSA À JUSTIÇA MILITAR**

11. Confecção do ofício de remessa para a Justiça Militar e sua entrega.



## **REALIZAÇÃO DE IPM**

### **1. CONHECIMENTO DA INFRAÇÃO**

#### **a) Responsável:**

Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM e o Oficial de serviço nos termos do Art. 10, § 2º do CPPM.

#### **b) Atividades Críticas:**

Falta de comunicação à autoridade competente da ocorrência de uma infração penal militar.

Errônea apreciação dos fatos, de tal forma que, na primeira apreciação, não é identificada a ocorrência de crime militar.

#### **c) Seqüência de ações**

O policial militar que em primeiro lugar tomar conhecimento da ocorrência de um crime militar deverá, imediatamente, comunicar o fato ao Oficial de Serviço ou ao Comandante da Unidade.

#### **d) Resultados Esperados**

Que todo policial militar, diante da notícia de uma conduta que possa se caracterizar como crime militar, saiba identificar a necessidade de que os dados sejam transmitidos ao Oficial de Serviço ou ao Comandante da Unidade.

Qualquer policial militar pode ser informado da ocorrência de um crime militar, ou mesmo presenciar tal tipo de conduta.

Que recebida a notícia da ocorrência de uma conduta que possa se caracterizar como crime militar o Oficial de Serviço ou o Comandante da Unidade realize ou determine a realização das medidas preliminares descritas no artigo 12 do CPPM.

#### **e) Ações Corretivas**

Se recebida a notícia da ocorrência que possa se caracterizar como crime militar, contudo, o Oficial de Serviço ou o Comandante da Unidade não foram prontamente avisados, identificada a falha, tais autoridades devem ser imediatamente informadas para que realizem ou determinem a realização das medidas preliminares descritas no artigo 12 do CPPM.

#### **f) Possibilidade de Erro**

Recebimento da notícia de uma conduta que possa se caracterizar como crime militar, contudo tal situação não foi prontamente identificada.

A notícia de uma conduta que possa se caracterizar como crime militar, foi transmitida ao Oficial de Serviço ou ao Comandante da Unidade, contudo estes não identificaram tal situação, deixando de realizar ou determinar a realização das medidas preliminares descritas no artigo 12 do CPPM.

## **2. ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS DO ART. 12 DO CPPM.**

### **a) Responsável:**

Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM e o Oficial de serviço nos termos do Art. 10, § 2º do CPPM

### **b) Atividades Críticas:**

Não preservar adequadamente o local de crime;

Não realização da prisão em flagrante do autor da infração penal militar quando esta é necessária.

### **c) Seqüência de ações**

O Oficial de Serviço, ao tomar conhecimento de uma infração penal militar em sua área de atribuições deve comparecer ao local dos fatos.

Verificação pelo Oficial de Serviço se no local há alguma alteração provocada pelo fato criminoso.

Havendo alguma alteração, o local deve ser preservado, conforme determina a Resolução do SSP-113, de 30/3/01, publicada no Bol G Nº. 65/01.

Apreensão de todos os instrumentos e objetos que tenham relação com o fato.

Prisão do infrator, se o mesmo estiver em flagrante delito, conforme determina o artigo 244 do CPPM.

Realizar qualquer outra providência que seja necessária para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

Transmissão de todas as informações, dados e objetos para a Autoridade de Polícia Judiciária Militar com atribuição no local dos fatos, ou ao Oficial Encarregado do IPM, se este já estiver designado.

### **d) Resultados Esperados**

Que haja um perfeito levantamento e identificação dos elementos que podem ser encontrados no local de crime, de forma a que estes possam ser transmitidos à Autoridade de Polícia Judiciária Militar ou ao Oficial Encarregado de IPM.

Que o local, em havendo alguma alteração provocada pelo fato criminoso possa ser preservado, nos termos da legislação vigente, para que sejam requisitados os exames periciais adequados ao caso.

Que os instrumentos e objetos que tenham relação com o fato, após a liberação dos peritos, sejam apreendidos e entregues à Autoridade de Polícia Judiciária Militar ou ao Oficial Encarregado de IPM.

Que seja efetuada a prisão do autor da infração penal militar, sempre que estiver configurada a situação flagrancial descrita no artigo 244 do CPPM.

### **e) Ações Corretivas**

Caso o Oficial de Serviço esteja impedido de comparecer ao local da infração penal militar, deverá ser cientificado o seu Superior Imediato para que este adote esta providência ou determine que outrem o faça.

Caso não esteja sendo preservado adequadamente o local do crime, os presentes devem ser retirados do sítio e o local deve ser devidamente isolado, aguardando-se a avaliação sobre a necessidade de ser requisitada perícia ao local.

Caso os instrumentos e objetos que tenham relação com o fato não tenham sido apreendidos, localizá-los e proceder a sua apresentação à Autoridade de Polícia Judiciária Militar ou ao Oficial Encarregado de IPM.

Caso não tenha sido efetuada a prisão em flagrante delito do autor da infração penal militar quando configurada uma das hipóteses do artigo 244 do CPPM, após apreciação da possibilidade legal, devem ser procedidas diligências para a sua prisão e apresentação à Autoridade de Polícia Judiciária Militar ou ao Oficial Encarregado do registro dos fatos.

#### **f) Possibilidade de Erro**

Falta de comparecimento do Oficial de Serviço ao local do crime.

Falta da realização das medidas para que o local de crime, na hipótese da infração penal militar ter deixado vestígios, seja preservado.

Desaparecimento de instrumentos e objetos que tenham relação com o fato e que estavam no local da infração penal militar quando da chegada dos policiais militares que compareceram ante a notícia do crime.

Fuga do autor da infração penal militar, nas hipóteses em que a lei determina a realização da prisão em flagrante delito.

Transmissão incompleta de dados à Autoridade de Polícia Judiciária Militar ou ao Oficial Encarregado de IPM.

### 3. DEFINIÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

#### **a) Responsável:**

Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM e o Oficial de serviço nos termos do Art. 10, § 2º do CPPM.

#### **b) Atividades Críticas:**

Mais de uma autoridade se julgam competentes para a instauração do IPM.

Nenhuma autoridade se julga competente para a instauração do IPM.

Apesar de haver indícios da ocorrência de um crime militar, a autoridade competente não identifica esses indícios e não instaura o IPM.

#### **c) Seqüência de ações**

Realizadas as providências preliminares descritas no artigo 12 do CPPM, o Oficial de serviço ou a Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM deverá verificar a ocorrência de indícios de que a conduta em apuração se caracteriza como crime militar.

Caracterizada a ocorrência de um crime militar, deve ser verificado, dentre os supostos autores, qual é o policial militar de maior posto ou graduação, bem como sua antiguidade.

Deverá ser identificado o local onde ocorreu o suposto crime militar a ser apurado.

A autoridade competente é definida ante a conjugação dos critérios (local da ocorrência do delito) e hierárquico (a autoridade deve ser superior hierárquico ou mais antigo que o suspeito de maior posto ou graduação identificado).

Se a Autoridade competente não tiver sido notificada dos fatos, a autoridade que adotou ou determinou a adoção das medidas preliminares do artigo 12 do CPPM deverá, imediatamente, avisá-la e remeter-lhe os documentos produzidos e os dados já colhidos.

#### **d) Resultados Esperados**

Que a autoridade de polícia judiciária militar competente seja informada da ocorrência do crime militar que lhe incumbe reprimir e apurar.

Que essa autoridade identifique a ocorrência de indícios da ocorrência de crime militar para que, a seguir instaure IPM.

#### **e) Ações Corretivas**

Se mais de uma Autoridade se julgar competente para a instauração do IPM, a Autoridade Militar superior a ambas deverá decidir sobre tal qual delas é a competente, utilizando para tanto os critérios do Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e NI N°. Correg PM-001/150/94.

Se nenhuma Autoridade se julgar competente para a instauração do IPM, a Autoridade Militar superior àquelas das Unidades envolvidas deverá decidir sobre tal qual delas é a competente, utilizando para tanto os critérios do Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e NI N°. Correg PM-001/150/94.

Se apesar de houver indícios da ocorrência de um crime militar, a autoridade competente não identifica esses indícios e não instaurar o IPM, as Autoridades Militares superiores, por meio do controle hierárquico, deverão determinar a instauração do IPM.

**f) Possibilidade de Erro**

Não instauração de IPM nas hipóteses em que ficar caracterizada a ocorrência de crime militar.

Instauração simultânea de mais de um IPM sobre o mesmo fato.

#### **4. DESIGNAÇÃO DO OFICIAL ENCARREGADO DO IPM.**

**a) Responsável:**

Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM.

**b) Atividades Críticas:**

Escolha de Oficial Encarregado para o IPM fora dos ditames dos artigos 7º, § 1º e 15 do CPPM.

**c) Seqüência de ações**

Identificação da existência de indícios de um crime militar.

Identificação dos supostos autores da infração penal militar, com os elementos então existentes.

Se nenhum dos supostos autores for Oficial, a escolha do Oficial Encarregado deve recair preferencialmente em um Cap PM, contudo podem ser nomeados outros Oficiais, mesmo que subalternos.

Se algum dos supostos autores for Oficial, deve-se verificar qual deles é o de maior posto e antiguidade, sendo que o Oficial a ser designado Encarregado deverá ser superior hierárquico deste último ou, na impossibilidade, um Oficial de mesmo posto, desde que mais antigo.

**d) Resultados Esperados**

A nomeação de um Oficial para ser o Encarregado do IPM que atenda aos requisitos estabelecidos no Código de Processo Penal Militar, ou seja, que seja superior hierárquico do suposto autor do crime militar, sendo que na impossibilidade poderá ser um Oficial de mesmo posto, desde que mais antigo.

**e) Ações Corretivas**

Se for designado um Oficial que não atenda aos requisitos legais, a Autoridade que instaurou o IPM ou que determinou a sua instauração deverá substituir o Oficial Encarregado por outro que atenda aos comandos legais.

Se no curso do IPM forem identificados indícios da prática de crime militar ou transgressão disciplinar praticada por um Oficial superior ou mais antigo que o Oficial Encarregado, a Autoridade que instaurou o IPM, ou que determinou a sua instauração, deverá substituí-lo por outro que atenda aos comandos legais.

**f) Possibilidade de Erro**

Designação de uma praça ou praça-especial como Encarregado do IPM.

Designação de um Oficial que seja subordinado ao suposto acusado da prática de um crime militar.

## 5. DESIGNAÇÃO DO ESCRIVÃO DO IPM.

### **a) Responsável:**

Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM ou Oficial Encarregado

### **b) Atividades Críticas:**

Escolha do Escrivão do IPM em desacordo com o disposto no artigo 11 do CPPM.

### **c) Seqüência de ações**

Identificação da existência de indícios de um crime militar.

Identificação dos supostos autores da infração penal militar, com os elementos então existentes.

Se algum dos supostos autores for Oficial, a escolha do Escrivão deverá recair sobre um 1º ou 2º Ten PM.

Se nenhum dos supostos autores for Oficial, a escolha do Escrivão deverá recair sobre um Subten PM ou Sgt PM.

A nomeação poderá ocorrer na Portaria que instaura o IPM ou em despacho do Oficial Encarregado.

Após a nomeação o Escrivão deverá prestar o compromisso de manter o sigilo do IPM e de cumprir as determinações do Encarregado do IPM.

### **d) Resultados Esperados**

Que seja efetuada a escolha e nomeação de um policial militar para servir de escrivão do IPM seguindo-se os parâmetros determinados pelo artigo 11 do Código de Processo Penal Militar.

### **e) Ações Corretivas**

Se for designado um Subten PM ou Sgt PM como escrivão de um IPM em que um dos indiciados é Oficial, o Oficial Encarregado, verificando a ocorrência desse fato, deverá, por meio de despacho lançado nos autos, providenciar a sua substituição por um 1º ou 2º Ten PM.

Se no curso do IPM forem identificados indícios da prática de crime militar ou transgressão disciplinar praticada por um Oficial e sendo o escrivão um Subten PM ou Sgt PM, o Oficial Encarregado, verificando a ocorrência desse fato, deverá, por meio de despacho lançado nos autos, providenciar a sua substituição por um 1º ou 2º Ten PM, conforme determina o Art. 11 do Código de Processo Penal Militar.

### **f) Possibilidade de Erro**

Designação de um Cb PM ou Sd PM como escrivão do IPM.

Designação de um Subten PM ou Sgt PM como escrivão de um IPM em que um dos indiciados é Oficial.

## 6. ELABORAÇÃO DA PORTARIA DO IPM.

### **a) Responsável:**

Autoridade descrita no “caput” do Art. 7º do CPPM ou Oficial Encarregado

### **b) Atividades Críticas:**

Confecção da Portaria do IPM em desacordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar sobre o assunto.

### **c) Seqüência de ações**

Identificação da existência de indícios de um crime militar.

A Autoridade de Polícia Judiciária Militar descrita no “caput” do artigo 7º do CPPM deverá instaurar a Portaria do IPM ou determinar que um outro Oficial o faça por delegação sua.

Se houver a delegação, o Oficial que recebeu essa atribuição deverá, nos termos da alínea ‘b’ do artigo 10 do CPPM instaurar a portaria do IPM, sendo que ele será o seu encarregado.

Se o ato de delegação for verbal, na primeira oportunidade, a Autoridade mencionada no “caput” do artigo 7º do CPPM deverá, por ofício (ou despacho), confirmá-la.

Se o ato de delegação for escrito, o Oficial Encarregado deverá anexar tal documento na portaria.

Se a própria Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM instaurar a portaria, nesta poderá ser designado o Oficial Encarregado e o escrivão do IPM.

Se essa Autoridade não delegar a instrução do IPM a um outro Oficial, ela mesma deverá ser o Encarregado do IPM.

Após a instauração, a segunda via da portaria, devidamente assinada, deverá ser remetida a Correg PM por ofício.

O texto da portaria deverá ser, igualmente, remetido à Correg PM para o e-mail [-corregsecpoljud@polmil.sp.gov.br](mailto:-corregsecpoljud@polmil.sp.gov.br).

### **d) Resultados Esperados**

Que a portaria, que é a peça inicial de todo IPM, seja confeccionada nos termos determinados no artigo 10 do Código de Processo Penal Militar.

Que nesse ato a Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM realize a designação do Oficial Encarregado, caso não queira presidir pessoalmente o IPM.

Que a Correg PM seja prontamente informada da instauração do IPM.

### **e) Ações Corretivas**

Se for identificada a existência de indícios de um crime militar, contudo não tenha sido confeccionada a Portaria do IPM, a Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM deverá realizar a sua instauração ou determinar que outro Oficial, mediante delegação, o faça.



Se a portaria for instaurada e a Unidade não fez a comunicação para a Correg PM, esta última poderá solicitar a remessa, tanto da 2ª via do documento, como do e-mail com seu texto na íntegra.

**f) Possibilidade de Erro**

Não confecção da portaria diante da notícia de um crime militar.

Falta de comunicação a Correg PM sobre a instauração do IPM.

## 7. COLETA DE PROVAS

### **a) Responsável:**

Oficial Encarregado do IPM auxiliado pelo Escrivão.

### **b) Atividades Críticas:**

Coleta de provas que, em razão da desobediência das normas constitucionais e processuais penais militares, sejam ilícitas ou nulas.

### **c) Seqüência de ações**

Realizada a instauração do IPM, o Oficial Encarregado, auxiliado pelo Escrivão, deve iniciar a coleta das provas, em especial, aquelas indicadas no artigo 13 do CPPM.

Para tanto, para cada meio de prova devem ser observadas as disposições legais, em especial aquelas existentes no Título XV- Dos Atos Probatórios- do CPPM.

### **d) Resultados Esperados**

Que todas as provas que indicam a autoria e a materialidade (ocorrência da infração penal militar) sejam colhidas com respeito às disposições constitucionais e legais.

Que essas provas consigam, da forma mais fiel possível, indicar como se deu o fato em apuração, bem como quem foram seus autores, de forma a auxiliar o Ministério Público na propositura da ação penal, se for o caso.

### **e) Ações Corretivas**

A Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM durante a instrução do IPM, ou mesmo quando da confecção da solução, deverá supervisionar como as provas são colhidas, sendo que, diante de alguma ilegalidade, deve adotar as medidas necessárias para que essas sejam sanadas e, se for o caso, determinar que se proceda novamente a diligência desta vez com a total observância das determinações legais.

### **f) Possibilidade de Erro**

Coleta de provas sem a observância das determinações constitucionais e legais, com prejuízos à instrução do IPM, bem como eventual responsabilização do responsável pelas ilegalidades.

Que a não observância dos preceitos constitucionais possa acarretar prejuízos para o total esclarecimento dos fatos em apuração, bem como da autoria das condutas.

## **8. JUNTADA DOS REGISTROS DAS PROVAS NOS AUTOS DO IPM.**

### **a) Responsável:**

Oficial Encarregado do IPM auxiliado pelo Escrivão.

### **b) Atividades Críticas:**

Que alguma das provas juntadas não tenha o seu registro juntado aos autos.

Que o registro da prova seja juntada aos autos de forma desordenada, prejudicando o perfeito entendimento da cronologia da atividade probatória.

### **c) Seqüência de ações**

Realizado registro de alguma das provas, este deve ser juntado aos autos do IPM, de acordo com a ordem cronológica de sua realização.

Todos os documentos juntados aos autos do IPM devem ser numerados e rubricados pelo Escrivão.

Cada documento juntado aos autos - quando não produzidos pelo Encarregado ou Escrivão, deve ser precedido de despacho do Encarregado do inquérito, bem como do termo de juntada elaborado pelo Escrivão.

Os instrumentos utilizados para a prática da infração penal que tenham sido localizados devem ser apreendidos.

Igualmente, devem ser apreendidos outros objetos que interessam à sua prova.

### **d) Resultados Esperados**

Que todos os registros das provas produzidas sejam juntados aos autos.

Que aqueles instrumentos utilizados para a prática da infração penal militar, bem como os demais objetos que interessam à sua prova, que tenham sido localizados e apreendidos, permaneçam sob guarda do Encarregado e do Escrivão.

### **e) Ações Corretivas**

A Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM quando da realização da solução, deverá verificar se todos os registros das provas foram juntados aos autos, bem como deverá verificar se todas as folhas dos autos foram numeradas e rubricadas pelo Escrivão.

Igualmente, deverá a mencionada Autoridade certificar-se da localização dos instrumentos utilizados para a prática da infração penal militar, bem como dos demais objetos que interessam à sua prova, determinando a sua remessa à Justiça Militar ao final da instrução.

### **f) Possibilidade de Erro**

A não juntada do registro de alguma prova que tenha sido produzida.

A juntada do registro da prova, sem obedecer-se à seqüência cronológica de sua produção.

A falta de numeração e da rubrica do Escrivão nas folhas dos autos.

O desaparecimento de algum instrumento utilizado na prática da infração penal militar ou de algum objeto que interesse à sua prova que havia sido previamente apreendido pelo Encarregado.

## 9. CONFEÇÃO DO RELATÓRIO DE IPM.

### **a) Responsável:**

Oficial Encarregado do IPM.

### **b) Atividades Críticas:**

A não confecção de relatório.

A confecção do relatório que não atenda às prescrições do Código de Processo Penal Militar.

### **c) Seqüência de ações**

Encerrada a instrução, ou findado o prazo para sua conclusão, o Escrivão faz os autos conclusos ao Oficial Encarregado.

O relatório, em obediência ao disposto no artigo 22 do Código de Processo Penal Militar, deverá ser uma peça minuciosa onde estejam descritas todas as diligências realizadas, bem como seus resultados.

Na hipótese de não ter sido encerrada a instrução, contudo, estando encerrado o prazo legal do feito, no relatório deverão ser indicadas as diligências que não foram realizadas ou concluídas, esclarecendo-se os motivos pelos quais não foi possível o encerramento dos trabalhos investigatórios.

Ao final do relatório, o Oficial Encarregado deverá, em face dos elementos colhidos, concluir, motivadamente, pela existência ou não de indícios de crime militar e de transgressão disciplinar, indicando os autores de tais condutas.

Encerrado o relatório o Oficial Encarregado deverá encaminhar os autos, bem como os instrumentos e objetos apreendidos, à Autoridade que lhe deu delegação para que esta confeccione a solução do IPM.

Se não tiver sido delegada a instauração ou a instrução do IPM, o Oficial Encarregado deverá, diretamente encaminhar os autos e instrumentos apreendidos à Justiça Militar, por meio de ofício.

Após a sua confecção, a segunda via do relatório, devidamente assinada, deverá ser remetida à Correg PM por ofício.

O texto do relatório deverá ser, igualmente, remetido à Correg PM para o e-mail - [corregsecpoljud@polmil.sp.gov.br](mailto:corregsecpoljud@polmil.sp.gov.br)

### **d) Resultados Esperados**

Que o relatório cumpra todos os requisitos do artigo 22 do CPPM.

Que ele consiga registrar de forma clara todas as diligências e seus resultados.

Que o Oficial Encarregado, motivadamente, indique a existência de indícios de crime militar e de transgressões militares, bem como a autoria de tais condutas.

Que a Correg PM receba prontamente cópia (por ofício e e-mail) do relatório do IPM.

### **e) Ações Corretivas**

A Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM, ao receber os autos do IPM para a confecção da solução, constatando que o relatório não apresente

os requisitos legais ou não se encontra com a necessária motivação, deverá restituí-lo ao Oficial Encarregado para complementação.

Se as conclusões do Oficial Encarregado não foram coerentes com os elementos constantes dos autos, a Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM, por ocasião da solução, deverá apresentar suas conclusões que substituirão aquelas apresentadas no relatório.

Se o relatório for confeccionado e a Unidade não fez a sua remessa para a Correg PM, esta última poderá solicitá-lo - tanto a 2ª via do documento, como do e-mail com seu texto na íntegra.

#### **f) Possibilidade de Erro**

A realização de um relatório incompleto e sem motivação, sem que estas falhas sejam supridas pela ação da Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM.

Falta de remessa de cópia do relatório para a Correg PM.



## 10. CONFEÇÃO DA SOLUÇÃO DE IPM.

### **a) Responsável:**

Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM.

### **b) Atividades Críticas:**

A não confecção da solução.

A confecção de solução que não atenda às prescrições do Código de Processo Penal Militar.

### **c) Sequência de ações**

Recebidos os autos após a elaboração do relatório do Oficial Encarregado, a Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM deverá confeccionar a solução do IPM.

Além dos autos, a Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM deverá receber do Oficial Encarregado os instrumentos apreendidos utilizados na prática da infração penal e os instrumentos que interessam à sua prova.

Na solução a mencionada Autoridade poderá concordar com as conclusões do Oficial Encarregado, homologando seu relatório.

Se discordar das conclusões do Oficial Encarregado deverá, motivadamente, apresentar as suas.

Concluída a solução, deverá confeccionar o ofício de remessa dos autos para a Justiça Militar.

Havendo indícios de transgressão disciplinar, deverá determinar a instauração do devido processo administrativo cabível ao caso, desde que seja competente para tanto.

Não sendo competente para a instauração do devido processo administrativo, deverá remeter cópia dos autos à Autoridade competente, para que esta o instaure.

A Autoridade que solucionou o IPM deverá determinar que cópia dos autos permaneça arquivada na Unidade.

Após a sua confecção, a segunda via da solução, devidamente assinada, deverá ser remetida à Correg PM por ofício.

O texto da solução deverá ser, igualmente, remetido à Correg PM para o e-mail - [corregsecpoljud@polmil.sp.gov.br](mailto:corregsecpoljud@polmil.sp.gov.br)

### **d) Resultados Esperados**

Que a solução cumpra todos os requisitos dos §§ 1º e 2º do artigo 22 do CPPM.

Que nela estejam registradas, de forma clara e motivada, a ocorrência de indícios de crime militar e de transgressão disciplinar, bem como a autoria de tais condutas.

Que haja a determinação de instauração do devido processo administrativo, quando forem apontados indícios de transgressão disciplinar, ou a comunicação à Autoridade competente para a sua instauração.

Que a Correg PM receba prontamente cópia (por ofício e e-mail) da solução do IPM.

**e) Ações Corretivas**

A Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM, se constatar que não foram adotadas as necessárias providências nesta fase deverá, em apartado completar o seu ato.

Se a solução for confeccionada e a Unidade não fez a sua remessa para a Correg PM, esta última poderá solicitá-lo - tanto a 2ª via do documento, como do e-mail com seu texto na íntegra.

**f) Possibilidade de Erro**

A realização de solução incompleta e sem motivação.

A falta de determinação de instauração do devido processo administrativo ou a comunicação à Autoridade competente para tal instauração.

A falta de remessa dos autos, após a solução, à Justiça Militar.

Falta de remessa de cópia da solução para a Correg PM.



## **CONFEÇÃO DO OFÍCIO DE REMESSA PARA A JUSTIÇA MILITAR E SUA ENTREGA.**

### **a) Responsável:**

Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM.

### **b) Atividades Críticas:**

Endereçamento errôneo do ofício.

Falta de remessa dos instrumentos e objetos apreendidos à Justiça Militar, tal como determina o artigo 23 do CPPM.

### **c) Seqüência de ações**

Confeccionada a solução do IPM, os autos devem ser remetidos, por ofício, à Justiça Militar.

Se o IPM ainda não estiver distribuído, o ofício deve ser endereçado ao Juiz de Direito Distribuidor de Primeira Instância da Justiça Militar do Estado de São Paulo.

Se o IPM já estiver distribuído, o ofício deve ser endereçado ao Juiz de Direito da correspondente Auditoria.

O ofício deverá remeter em anexo os autos originais do IPM.

Em apenso ao ofício devem ser remetidos os instrumentos e objetos apreendidos no IPM.

Toda a documentação e objetos apreendidos devem ser entregues na Justiça Militar.

### **d) Resultados Esperados**

Que o IPM, após ser solucionado, seja entregue à Justiça Militar, acompanhado dos instrumentos e objetos apreendidos.

### **e) Ações Corretivas**

A Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM, constatando que algum IPM já solucionado não foi remetido à Justiça Militar, deverá, imediatamente, determinar tal remessa.

A Autoridade a que se refere o “caput” do artigo 7º do CPPM, constatando que algum instrumento ou objeto apreendido não foi remetido à Justiça Militar, deverá, imediatamente, determinar tal remessa.

### **f) Possibilidade de Erro**

A não remessa do IPM ou dos instrumentos ou objetos apreendidos à Justiça Militar.

O endereçamento errôneo do ofício de remessa.

A entrega em local errado.